



INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica-ProfEPT  
campus Blumenau

**JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E  
ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO NO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA  
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Blumenau

2024

**JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E  
ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO NO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA  
INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.  
Orientadora: Prof.a Dr.a Raquel Cardoso de Faria Custódio.

BLUMENAU

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA DISSERTAÇÃO

S232a Santana, Jucélia Correia de.  
Atendimento educacional especializado: práticas pedagógicas e articulações para o ensino no curso técnico de informática integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense / Jucélia Correia de Santana; orientadora Raquel Cardoso de Faria Custódio. -- Blumenau, 2024.  
122 p.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Catarinense, campus Blumenau, Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica (PROFEPT), Blumenau, 2024.

Inclui referências.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Educação Especial. 3. Inclusão Educacional. I. Custódio, Raquel Cardoso de Faria. II. Instituto Federal Catarinense. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. III. Título.

CDD: 371.9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22191/2024 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002242/2024-52

Blumenau-SC, 01 de novembro de 2024.

**JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA**

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E  
ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO NO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO  
AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de outubro de 2024.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel Cardoso de Faria e Custódio

Instituto Federal Catarinense

Orientadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ROBERTA PASQUALLI  
Data: 08/11/2024 12:58:55-0300  
Verifique em <https://validar.jti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roberta Pasqualli

Instituto Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Valdinei Marcolla

Instituto Federal Catarinense

*(Assinado digitalmente em 07/11/2024 21:15)*  
RAQUEL CARDOSO DE FARIA E CUSTODIO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/SBS (11.01.14.33)  
Matricula: ###768#2

*(Assinado digitalmente em 01/11/2024 14:40)*  
VALDINEI MARCOLLA  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CCPED/VID (11.01.07.01.03.04.13)  
Matricula: ###913#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **22191**, ano: **2024**,  
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **01/11/2024** e o código de verificação: **16243692f4**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
BLUMENAU - C.C. P.G. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 22192/2024 - CCPGEPT (11.01.09.31)

Nº do Protocolo: 23473.002243/2024-05

Blumenau-SC, 01 de novembro de 2024.

**JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA**

### **UM OLHAR SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Catarinense, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 31 de outubro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Raquel Cardoso de Faria e Custódio

Instituto Federal Catarinense

Orientadora



Documento assinado digitalmente  
ROBERTA PASQUALLI  
Data: 08/11/2024 13:00:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Roberta Pasqualli

Instituto Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Valdinei Marcolla

Instituto Federal Catarinense

*(Assinado digitalmente em 07/11/2024 21:15)*  
RAQUEL CARDOSO DE FARIA E CUSTODIO  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/SBS (11.01.14.33)  
Matricula: ###768#2

*(Assinado digitalmente em 01/11/2024 14:39)*  
VALDINEI MARCOLLA  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CCPED/VID (11.01.07.01.03.04.13)  
Matricula: ###913#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 22192, ano: 2024, tipo: DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS, data de emissão: 01/11/2024 e o código de verificação: 4060a77a68

Este trabalho é dedicado à minha filha Bianca Santana Hillesheim, a minha mãe Enedina José Corrêa de Santana, a minha irmã Cláudia Corrêa de Santana, aos meus irmãos Cláudio Corrêa de Santana, Jaime Corrêa de Santana e Juscelino Corrêa de Santana, Wilson Joaquim de Santana.

A minha amiga irmã Regina Schneider, ao meu filho de coração Gabriel Schneider.

E *in memoriam* a meu pai Cícero Joaquim de Santana e a minha irmã Adélia de Fátima Corrêa Souza.



## AGRADECIMENTOS

Este agradecimento não poderia iniciar de outra forma que não fosse primeiro meu agradecimento a Deus pelas oportunidades de evoluir recebidas, por seu cuidado e amor imenso.

Agradeço também em especial a minha orientadora, a Dr.a Raquel Cardoso de Faria Custódio, a qual não encontro palavras que fossem suficientes para expressar a minha gratidão por essa caminhada que só se tornou possível por suas preciosas orientações.

Agradeço à minha filha Bianca Santana Hillesheim pela paciência pelas minhas ausências.

Agradeço a minha amiga irmã Regina Schneider.

Agradeço a minha mãe Enedina J. C. de Santana, a minha irmã Cláudia C. de Santana, aos meus irmãos Cláudio C. de Santana, Jaime C. de Santana e Juscelino C. de Santana, pelo apoio e auxílio recebido.

Agradeço também a Adriana Bonaldo, minha ex-diretora pelo apoio e incentivo recebido.

Agradeço aos meus colegas que se tornaram amigos especiais em mais esta jornada: Dominique Calixto Martins, Paula Antônia Ferreira de Souza, Jonas Felacio Júnior, Rosana Richter, Júnior Cunha, Silvia da Silva, Carolina Beiro da Silveira, Leandro Severino Nascimento de Oliveira. Rafael Vinicius Martins.

E também quero agradecer imensamente a cada Mestre que colaborou nessa minha caminhada e aos demais colegas que também fizeram parte deste momento especial e a outras tantas pessoas que também contribuíram nesse processo.

Hoje esse sonho que parecia impossível torna-se realidade e cada um que fez parte dele estará para sempre gravado na minha jornada existencial. Que Deus abençoe a todos, gratidão.

Sem a curiosidade que me move, que me inquieta,  
que me insere na busca, não aprendo nem ensino.  
Paulo Freire

## RESUMO

Esta dissertação de Mestrado do ProfEpt resulta de uma pesquisa que tem sua origem na curiosidade pessoal, bem como na vivência desse universo que, muitas vezes, surpreende a todos pela ausência de informações capazes de explicar as dúvidas advindas do conhecimento insuficiente que dê conta de um tema atual e abrangente. A pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios. Tendo como objetivo geral: conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, Campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) às práticas pedagógicas dos docentes do Ensino médio Integrado, curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. O objeto deste estudo foi a equipe de atendimento educacional especializado e os docentes da área básica e da área técnica. Enquanto problema de investigação: como se estabelece a relação da equipe do atendimento educacional especializado junto aos docentes da área básica e da área técnica. Para investigar essa questão foi necessária uma contextualização do Atendimento Educacional Especializado, suas funções e atribuições no linear da história. Os procedimentos metodológicos adotados incluem pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas, utilizando o procedimento técnico do estudo de caso para trilhar o percurso em busca do conhecimento almejado. Assim, observou-se a existência de diversas práticas e articulações entres os grupos, e que há contribuições, no entanto devido à alta demanda e a complexibilidade dos processos exige-se aperfeiçoamento. Desse modo na intencionalidade de apresentar e divulgar parte dos estudos, das análises realizadas, dos resultados obtidos, socializando, assim, os conhecimentos adquiridos e buscando contribuir com informações que possam ser utilizadas no trabalho, no ensino e na própria vivência de profissionais que buscam por uma educação inclusiva, foi desenvolvido um site como produto educacional.

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Educação Profissional e Tecnológica.

## **ABSTRACT**

This Master's dissertation from ProfEPT results from research rooted in personal curiosity, as well as in experiences within this universe, which often surprises everyone due to the lack of information capable of addressing doubts arising from insufficient knowledge about a current and broad topic. The research is basic in nature, with a qualitative approach and exploratory objectives. Its general objective is: to understand, within the scope of Professional and Technological Education at the Federal Institute of Santa Catarina, Rio do Sul Campus, the contributions and articulations of the Specialized Educational Support (AEE) team to the teaching practices of high school integrated teachers in the Technical Course in Internet Informatics, aiming to support the development of the teaching-learning process for students with disabilities and/or specific educational needs.

The focus of this study was the specialized educational support team and the teachers from both the basic and technical areas. The research question posed was: how is the relationship between the specialized educational support team and the teachers from the basic and technical areas established? To investigate this issue, it was necessary to contextualize Specialized Educational Support, its functions, and assignments throughout history. The methodological procedures adopted include bibliographic and documentary research, as well as interviews, using the case study as a technical procedure to guide the pursuit of the desired knowledge.

Thus, it was observed that there are various practices and collaborations between the groups, and that contributions exist. However, due to the high demand and complexity of the processes, further improvement is required. In this way, with the intention of presenting and disseminating part of the studies, analyses conducted, and results obtained—thereby sharing the knowledge acquired and seeking to contribute with information that can be used in work, teaching, and the daily lives of professionals striving for inclusive education—a website was developed as an educational product.

**Keywords:** Specialized Educational Support. Inclusion. Professional and Technological Education.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Site: menu Home .....	83
Figura 2 – Site: menu Sobre a Pesquisa.....	83
Figura 3 – Site: menu IFC.....	84
Figura 4 – Site: menu AEE-IFC.....	84
Figura 5 – Site: menu Considerações .....	85

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação dos profissionais .....	56
Quadro 2 – Características dos participantes .....	56
Quadro 3 – Diversidade .....	59
Quadro 4 – Atendimento educacional especializado.....	59
Quadro 5 – Eliminando ou minimizando barreiras .....	61
Quadro 6 – Desafios da articulação.....	63
Quadro 7 – Auxílios .....	64
Quadro 8 – Expectativas .....	65
Quadro 9 – Disponibiliza.....	66
Quadro 10 – Flexibilização .....	67
Quadro 11 – Sugestões .....	68
Quadro 12 – Serviço especializado .....	69
Quadro 13 – Práticas e articulações .....	71
Quadro 14 – Avaliação do site: perguntas fechadas .....	80
Quadro 15 – Avaliação do site: perguntas abertas.....	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional Tecnológica
IFC	Instituto Federal Catarinense
IFs	Institutos Federais
NAPNE	Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEGES	Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade
PE	Produto Educacional
PNEE	Nova Política de Educação Especial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>25</b>
2.1 EDUCAÇÃO .....	25
2.2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO .....	27
2.3 INSTITUTOS FEDERAIS.....	29
2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS .....	35
2.5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	39
2.6 EDUCAÇÃO E TRABALHO .....	43
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>48</b>
<b>4 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES</b> .....	<b>55</b>
4.1 ORGANIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	55
4.2 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	56
<b>5 RESULTADO E DISCUSSÕES</b> .....	<b>58</b>
5.1 ANÁLISE DOS DADOS TRIANGULAÇÃO.....	58
5.1.1 Análise de resultados.....	73
5.1.2 Práticas.....	77
5.1.3 Articulações .....	77
<b>6 ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>79</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>88</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>95</b>
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	96
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	98
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: EQUIPE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	100
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: DOCENTES DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO .....	104
APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL.....	108
<b>ANEXOS</b> .....	<b>110</b>
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	111
ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA.....	117



## 1 INTRODUÇÃO

Esta investigação foi desenvolvida no Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Rio do Sul, no Ensino Médio Integrado no curso Técnico em Informática para a Internet, na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), cujo objetivo buscou conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) às práticas pedagógicas dos docentes do Ensino Médio Integrado, curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Em seu percurso histórico, a EPT surge a princípio no Brasil marcada por um caráter assistencialista, e ao longo da história serviu aos interesses das classes dominantes, e do próprio sistema capitalista. De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), “o decreto 7.566 de setembro de 1909 é a referência inicial do ensino profissional, científico e tecnológico organizado pelo Estado brasileiro na escala federal”, trouxe mudanças significativas (Castro; Plácido; Medeiros, 2019, p. 61). Portanto, ao buscarmos o processo histórico, podemos observar a longa trajetória percorrida pela EPT até chegarmos à atual desenvolvida pelos IFs. Haja vista que no intuito de uma proposta inovadora para o sistema educacional, o Governo Federal criou os Institutos Federais (IFs) por meio da Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Brasil, 2008c), os quais apresentavam uma magnitude e grandiosidade revolucionária para a época. Acerca disso, Pacheco afirma que:

O governo federal, por meio do Ministério da Educação, criou um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Essas instituições têm suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica sem similar em nenhum outro país. (Pacheco, 2015, p. 13).

Frente a inovação também surgem vários desafios, entre eles o desenvolvimento da educação numa perspectiva da educação inclusiva. Assim, para que possamos enfrentar esses desafios no intuito de transpor barreiras, é importante compreender que a trajetória da educação na perspectiva da educação inclusiva

passou por um longo caminho até chegar aos dias atuais, nos quais têm seus direitos amparados por leis, diretrizes e resoluções específicas. Portanto, faz-se necessário lembrar que, desde muito tempo, a educação de pessoas com deficiência tem sido alvo de atenção, o mesmo ocorre no IFC, que busca por uma educação inclusiva que oportunize acessos. Assim sendo, o AEE surge enquanto recurso para o desenvolvimento de estratégias de inclusão, ou seja, uma política pública de educação na intencionalidade de proporcionar um norte à educação inclusiva. No entanto, ainda carece ser mais discutido e pesquisado na comunidade científica brasileira, diante da importância que assume frente a educação na perspectiva da educação inclusiva. Sendo assim, instituído pela legislação no intuito de promover acessibilidade a uma educação de qualidade, proposto nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial, onde nos assegura que:

Os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, os com transtornos globais do desenvolvimento e os com altas habilidades/superdotação nas escolas comuns do ensino regular e ofertar o atendimento educacional especializado – AEE, promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade. (Brasil, 2009, p. 1).

A partir deste âmbito a pesquisa tem sua origem na curiosidade pessoal, bem como na vivência desse universo que, muitas vezes, surpreende a todos pela ausência de informações capazes de dirimir as dúvidas por vezes advindas do conhecimento insuficiente que dê conta de um tema atual e abrangente, que apresenta nos últimos cinco anos uma demanda altamente crescente, cujos altos índices podem ser evidenciados no Censo Escolar de 2022, trazendo:

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para a maioria das etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2022. A maior proporção de alunos incluídos é observada na educação profissional subsequente/concomitante, com inclusão de 99,7%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2018 e 2022, ocorreu na educação profissional subsequente/concomitante, um acréscimo de 7,5pp. (Brasil, 2023, p. 37).

Por essa razão vislumbrou-se a necessidade de exploração do tema, na busca de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de ações que venham ao encontro desta crescente demanda. Em decorrência da pesquisa desenvolvida, houve a oportunidade de ampliar e adquirir novos conhecimentos, e conseqüentemente a

possibilidade de desenvolver um produto educacional, cuja proposta inicial foi um material textual, um Caderno de Fatos e Relatos e/ou um infográfico. No entanto, no caminho da pesquisa optou-se por um material digital: um site, por acreditar que este oportuniza a apresentação de parte da trajetória dos estudos realizados e da pesquisa desenvolvida de forma mais dinâmica e interativa, condizente com a atualidade tão voltada às ferramentas tecnológicas, tornando-o uma fonte de pesquisa para ampliar e socializar conhecimentos a estudantes, docentes das áreas básica e técnica, profissionais das áreas afins e com a própria comunidade em geral, para que assim possa contribuir com diversas práticas pedagógicas e por conseguinte no processo de desenvolvimento da educação na perspectiva da educação inclusiva.

Deste modo, foi fundamental para o avanço da pesquisa reconhecer que o processo de inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino é um desafio para todos, inclusive os Institutos Federais, que têm como meta a formação integral e integrada e necessitam de estruturas que possam dar suporte para auxiliar na superação dos preconceitos existentes que promovem a exclusão social, papel esse assumido por essa instituição. Assim sendo, a escola inclusiva traz a oportunidade de mudança nesta realidade. Logo,

Uma nova concepção vai se consolidando em torno do conceito de escolas inclusivas. Seu significado vai além da educação especial e aponta para a transformação da educação no sentido de construir escolas de qualidade para todos os alunos. (Coll *et al.*, 2010, p. 7).

Deste modo, a partir de documentos foi possível verificar que o Instituto Federal Catarinense, em sua legislação de acordo com o Relatório do Conselho Institucional de Inclusão e Diversidade do IFC (2020/2021), busca desenvolver uma educação de qualidade, por meio de uma política para o desenvolvimento da educação integral numa perspectiva inclusiva. Na intencionalidade que essa política seja adequada e convergente com a missão institucional, levando em conta os eixos basilares dos IFs, sendo eles: ensino, pesquisa e extensão, tendo como objetivo central a formação cidadã em todas as suas dimensões.

Haja visto que o processo de inclusão encontra-se amparado legalmente por legislação específica, sendo que a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, destina-se a promover e assegurar, em condições de

igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. No entanto, esteve à mercê de um retrocesso com a criação do Decreto nº 10.502, de 2020, que instituiu a Nova Política de Educação Especial (PNEE), assinada pelo então presidente da república Jair Bolsonaro e suspensa pelo Supremo Tribunal Federal. O Decreto nº 10.502/2020 apresentou, entre outras as alterações, a seguir:

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;  
 VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade. (Brasil, 2020).

Essa nova política caminhou na contramão do processo de inclusão por apresentar-se antagônica a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, a qual estabelece que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação” (Moreira, 2016, p. 5). Neste panorama conturbado por políticas retrógradas, as quais tentaram ceifar direitos conquistados, excluir e segregar pessoas com deficiência, configurando um verdadeiro desrespeito por parte de alguns países sobretudo,

Diante de um cenário em que alguns países, como os Estados Unidos da América e o Brasil, ingressaram em um movimento de retrocesso civilizatório e de autoritarismo político, resultando, por vezes, em cerceamento de direitos já conquistados por alguns grupos minoritários [...]. (Correia; Sarmiento, 2021, p. 1).

No entanto, em resposta aos anseios da sociedade e em oposição a essa falta de respeito com direitos já conquistados e abalados por uma política desmedida, uma das primeiras ações do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva consolidou-se em 1º de janeiro de 2023, pelo Decreto nº 11.370, a revogação do Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, trazendo assim novas perspectivas a inclusão.

Diante de uma temática tão abrangente e de grande importância educacional e

social, a relevância desta pesquisa destacou-se pela oportunidade de desenvolver e socializar conhecimento sobre o tema. Desse modo, a partir do referencial teórico e bibliográfico, dos documentos e das entrevistas desenvolvidas com a Equipe do AEE, e docentes da área básica e da área técnica do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet na EPT, campus Rio do Sul, obtiveram-se os dados para o desenvolvimento da pesquisa, sendo desenvolvida a análise dos mesmos por meio da triangulação de dados. Assim, por meio dos estudos desenvolvidos e das análises de dados obtidos, buscou-se contribuir tanto para o processo educacional quanto para profissionais que buscam conhecimentos nesta área, por conseguinte com os estudantes. Com essa intenção foi desenvolvido o produto educacional, um site intitulado “Um olhar sobre o atendimento educacional especializado” com o objetivo de apresentar e divulgar parte dos estudos, das análises realizadas, dos resultados obtidos, socializando assim conhecimentos adquiridos e buscando contribuir com conhecimentos e informações que possam ser utilizadas no trabalho, no ensino e na própria vivência destes e demais profissionais que buscam por uma educação inclusiva.

A pesquisa está inserida na linha de pesquisa “Organizações e memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, Macroprojeto 5 “Organização do currículo integrado na EPT”, do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Nesse sentido, ao pesquisarmos a história da educação, mais precisamente da educação inclusiva, observamos que essa trouxe mudanças significativas à educação especial. Principalmente ao deixar de ser um sistema coexistente e ter sua inserção ao projeto político pedagógico da escola. Desse modo,

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. (Brasil, 2008).

Essa integração traz uma nova configuração ao sistema educacional, proporcionando a inclusão de estudantes que até então não participavam dessa mesma educação.

Dessa forma, observa-se que os conceitos e as práticas oferecidas aos deficientes têm se transformado ao longo dos tempos, no intuito de que as pessoas

com deficiência possam levar a vida com mais autonomia e ter uma plena participação de oportunidades equitativas como as demais pessoas. Desta forma, temos nas políticas públicas um dos meios que auxiliam a desenvolver e a garantir a efetivação igualitária de direitos, desenvolvidas na intencionalidade de proporcionar qualidade de vida às pessoas.

Nesse contexto o Ministério da Educação (MEC), com base nos marcos legais da Educação Inclusiva, por meio do Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, institui o Atendimento Educacional Especializado, implementando mudanças. Decreto este revogado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que não traz mais a educação especial como substituta, mas sim enquanto complementar e suplementar à formação do estudante em seu Art. 2º. Desse modo, para a sua efetivação, é necessário entender que o AEE se constitui pela articulação entre os eixos ensinos. Logo,

A efetivação dessa articulação é ensejada pela inserção do AEE no Projeto Político Pedagógico das escolas. Uma vez considerado esse serviço da Educação Especial como parte constituinte do Projeto, os demais eixos de articulação entre ensino comum e especial serão envolvidos e contemplados, e o ensino comum e especial terão seus propósitos fundidos em uma visão inclusiva de educação. (Machado *et al.*, 2010, p. 20).

Essas novas configurações tornam a escola diferenciada, trazendo outras oportunidades e novas parcerias na busca da efetivação da educação na perspectiva da inclusão, proporcionando o desenvolvimento integral dos estudantes a partir do respeito às diferenças e valorizando a diversidade. Nesse sentido, os Institutos Federais, por meio de sua Política de Inclusão e Diversidade, buscam articulação com outras instâncias, tais como o Comitê de Diversidade e Inclusão e os núcleos inclusivos institucionais (NEABI, NAPNE, NEGES) para a efetivação da educação inclusiva em todos os eixos: ensino, pesquisa e extensão, objetivando o desenvolvimento de suas bases profissionais e tecnológicas, incentivando o desenvolvimento local e regional.

Buscar conhecer as articulações e as contribuições entre a equipe de AEE e o corpo docente constitui-se um tema que necessita ser discutido e pesquisado na comunidade científica brasileira, devido a sua importância em proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos de maneira inclusiva, pois:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (Moreira, 2016, p. 16).

Autonomia essa que os Institutos Federais procuram desenvolver nos estudantes para que os mesmos possam estar preparados para agir e intervir no mundo do trabalho por meio de uma formação integral e integrada. Desse modo, tem no AEE um recurso a mais para auxiliar no desenvolvimento de sua proposta, pois advém da legislação enquanto recurso para auxiliar no desenvolvimento da educação inclusiva, realizado por meio de uma equipe, com garantia de oferta em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Desta feita, na busca de uma educação inclusiva que garanta o atendimento às diferenças, suscitar a discussão da temática muito pode contribuir para transpor barreiras e no desenvolvimento de igualdade de oportunidades equitativas para todos. O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, e dá outras disposições, em seu Art. 1º:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (Brasil, 2008, p. 1).

Com esse apoio os sistemas educacionais terão melhores condições de implementar o AEE, que trará um auxílio especializado a estudantes e docentes no desenvolvimento de uma educação de qualidade a todos. Entre suas atribuições determinadas pelas Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (Brasil, 2009), encontra-se:

[..] h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (Brasil, 2009).

Tornando-se um elo entre aluno e docente, o Atendimento AEE contribuirá para

o desenvolvimento escolar em todos os níveis e na inserção social deste estudante na sociedade e no mundo do trabalho. Nesse sentido, essa mesma legislação também preconiza o trabalho desses profissionais aos demais docentes para auxiliarem no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência.

Assim, frente à crescente demanda de atendimentos nesta área educacional, é urgente a necessidade de investigar como proceder para que estes atendimentos especializados auxiliem a transpor barreiras e amenizem as dificuldades de aprendizagem dos estudantes deficientes ou com necessidades educacionais específicas. Conhecer as articulações e as contribuições da equipe do AEE aos docentes do Ensino Médio Técnico Integrado em Informática para a internet na Educação Profissional e Tecnológica pode contribuir para minimizar essas barreiras ou ultrapassá-las.

Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Sendo assim, a relevância desta pesquisa se destaca pela oportunidade de desenvolver conhecimento sobre um tema de extrema relevância educacional e social. Por meio da investigação procura contribuir com o processo de educação inclusiva, com os profissionais, e conseqüentemente com os estudantes. Dessa forma, a partir do referencial teórico e das entrevistas que serão aplicadas à equipe de AEE e aos docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet, na EPT, no Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, procura-se conhecer um pouco mais sobre essa temática tão relevante que possui sua oferta integrada à política nacional de educação, que estabelece as bases.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o



atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Moreira, 2016, p. 14).

Toda essa demanda levantada por esta política subsidia uma educação de qualidade, tendo os profissionais envolvidos de modo a contribuírem no processo de desenvolvimento da educação inclusiva.

Pretendeu-se, a partir do levantamento realizado por meio da pesquisa, conhecer as contribuições e articulações dos profissionais que atuam no AEE aos docentes do Ensino Médio Técnico Integrado em Informática para a Internet na EPT, para o trabalho com os estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, no IFC, campus Rio do Sul. E por meio dessa elencar algumas das contribuições e articulações que também podem contribuir com outros profissionais enquanto mais um dos mecanismos para ultrapassar as barreiras das dificuldades de aprendizado desses estudantes. A Resolução 33/2019 dispõe sobre a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Catarinense. Assim, determina:

XII - Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas. (IFC, 2019, p. 6).

A intencionalidade do projeto de pesquisa teve início a partir de investigações em bases de dados, nas quais se identificaram poucas pesquisas que tenham como objetivo: central conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Ao pesquisarmos observou-se uma carência nesta área de pesquisa, pois não foram encontrados trabalhos com esse tema. Porém, foram encontrados diversos trabalhos cujos estudos atuais da temática estão centrados nos alunos e na inclusão.

A partir dessa inquietação, realizou-se uma pesquisa inicial para a localização de artigos referentes ao tema de pesquisa "AEE-Atendimento Educacional Especializado", na base de dados SCIELO, utilizando o descritor "Atendimento

Educacional especializado”, encontrando 61 artigos referentes à busca. No intuito de restringir mais a pesquisa, foi acrescentado o descritor “Para Ensino Médio”, então o descritor ficou: “Atendimento Educacional especializado para ensino médio”, surgindo quatro artigos, dos quais foram utilizados apenas um artigo. Redefinindo a busca em outros momentos, acrescentando também o descritor: “Educação Especial; inclusão escolar”, que retornou apenas um artigo. Outra vez, a busca foi redefinida, agora então com o descritor “AEE”, surgindo 37 artigos, dos quais utilizamos alguns. Também foi realizada a busca com o descritor “Ensino médio permanência e êxito” no portal de periódicos Capes, retornando 395 artigos, sendo que apenas um deste foi utilizado, não sendo explorados todos. A busca utilizando os descritores “Ensino médio”, “inclusão”, “deficiência”, “permanência” e “êxito” retornaram 133 artigos no portal SCIELO. Já a busca com os descritores “práticas pedagógicas” e “articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado –AEE” e “docentes do Ensino Técnico Integrado” não apresentou nem um resultado.

Partindo desse viés, por meio da observação dos dados, definiu-se a temática para o projeto de pesquisa. Determinando confrontar as informações encontradas através da pesquisa, procurando identificar se essa é dialógica, convergente ou divergente das recomendadas pelas políticas públicas. Levando em conta quais são as garantias e os direitos às diferenças, considerando que todos, em graus distintos, apresentam, em certo momento da vida, alguma dificuldade de aprendizagem e que todos possam lograr êxito.

Consequente desenvolver o produto educacional, tendo enquanto proposta em um primeiro momento um material textual, um Caderno de Fatos e Relatos e/ou um infográfico, que no decorrer das investigações determinou-se a criação de um site que se mostrou mais efetivo e com maior chance de replicabilidade e alcance para profissionais da área, estudantes e seus familiares, como também o público em geral. Foi construído a partir dos estudos desenvolvidos e da pesquisa executada. O objetivo foi de conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, e assim proporcionará mais visibilidade ao trabalho desenvolvido por estes profissionais.

O material foi desenvolvido de modo a contemplar a diversidade, tanto no que diz respeito ao assunto abordado quanto na própria ilustração. Já quanto a acessibilidade, este material será desenvolvido pensando em torná-lo o mais acessível possível por meio de configurações apropriadas, evitando a utilização de alguns tipos de formatação que possam confundir as pessoas. Será empenhada muita atenção para essas etapas, a fim de tornar o site um elemento contributivo no processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, por meio do site, oportunizar a socialização dos conhecimentos adquiridos, criando assim um caminho a mais a futuros pesquisadores ou simpatizantes, também a outros docentes e demais profissionais que assim se fizerem interessados em desenvolver novos conhecimentos, aprimorando capacidades, no intuito de contribuir na efetivação da educação na perspectiva da educação inclusiva, pois:

Partimos da compreensão do ser humano como histórico-social, o qual busca se formar omnilateralmente à medida que apreende o real pela mediação dos conhecimentos já elaborados e se torna produtor de novos conhecimentos, aprimorando suas múltiplas capacidades. (Sobrinho; Plácido, 2020, p. 7).

O número de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas matriculados nas instituições de ensino cresce a cada ano de acordo com o Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Inep, exigindo profissionais capacitados para este trabalho. Nesse sentido quais são as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos docentes que atuam no Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet na EPT que corroboram no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas que os auxiliam na aprendizagem?

Identificar quais profissionais fazem parte da equipe de Atendimento Educacional Especializado e quais fazem parte da equipe docente do Curso Técnico em Informática para a Internet no Ensino Médio Integrado.

Averiguar com os profissionais quais seus maiores desafios para o desenvolvimento do seu trabalho na perspectiva da educação inclusiva.

Conhecer a inter-relação entre a equipe de atendimento especializado e os docentes do ensino médio do Curso Técnico em Informática para a Internet.

Descrever de que maneira acontecem as contribuições e articulações entre a

equipe do AEE e os docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet.

O produto educacional desenvolvido, como dito anteriormente, foi um site que leva o nome “Um olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado”, pois não pretende esgotar todas as informações acerca desse atendimento tão importante, mas sim instrumentalizar os interessados na temática a balizar seus conhecimentos.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 EDUCAÇÃO

Vivenciamos atualmente uma educação que vem, ao longo da história da humanidade, sendo pensada e desenvolvida de várias formas nos diversos contextos históricos. Nessa educação de contextos variados, encontramos os diferentes sujeitos, os quais necessitam ser todos oportunizados a uma educação pública de qualidade, gratuita e inclusiva que lhes permita a vivenciar e a interagir no mundo. Logo, “a educação é uma resposta da finitude da infinitude, que só é possível porque o homem se reconhece enquanto ser inacabado, sujeito da sua própria educação e não objeto” (Freire, 1987, p. 14). Assim, por meio da educação, o homem se reconhece, se transforma e intervém no mundo.

Todavia, a educação e o sistema educacional passam por inúmeras questões, as quais algumas assumem funções de grandes dimensões, podendo maximizar ou minimizar determinados temas, assuntos, tais como inclusão, exclusão, preconceitos, entre outros. Na medida em que vão sendo representados, podem causar inferiorização de acordo com a maneira pela qual são abordados. Entretanto, “O campo da educação tem sido um dos espaços de resistência às representações inferiorizantes dos grupos populares, dos diferentes” (Arroyo, 2012, p. 132), pois é por meio da educação que as diferenças tornam-se uma riqueza no processo de aprendizagem no desenvolvimento integral e inclusivo.

Nesse sentido, a educação inclusiva assume um papel primordial de extrema importância na formação integral e humana, sendo, portanto, um dever de toda a sociedade que pretende conduzir ao desenvolvimento dos seus cidadãos.

Por consequência surge a necessidade de se repensar a educação enquanto um bem fundamental à existência humana, levando em consideração a diversidade de indivíduos com suas especificidades, pois compartilham de um universo em comum. Desse modo compreender que:

A escola tem a função social de ser politizada e politizadora, instigando a participação do aluno e do professor para reflexão num contexto histórico e provocando a intervenção para a transformação social, o que resultará em uma sociedade justa e digna. (Behrens, 2000, p. 80).

Num sentido mais amplo de educação, podemos conceituar no ato de compartilhar saberes, por meio de uma relação mútua entre docente e estudantes. No entanto, a educação é a construção de conhecimentos, que permitem, a partir de uma base, que sejam elaborados novos saberes que nos auxiliem a entender melhor o mundo e a viver melhor nele. Portanto, “A educação, no contexto mundial, caminha em direção a um modelo de escola que se fundamenta no paradigma da Inclusão” (Poker; Martins; Giroto, 2016, p. 7). Nesse sentido os Institutos Federais procuram também caminhar em direção a uma educação inclusiva, mesmo que esta seja nas instituições um processo recente e, ainda, necessita de construções contínuas para que seja alcançada sua plenitude.

Por meio dela, somos suscitados a participar da construção da história, assim num contexto global construímos nossas histórias participando de outras tantas. Conseqüentemente, “Cada vez mais a escola e seus docentes são chamados a enfrentar o grande desafio de atender, com qualidade, a toda a diversidade de alunos” (Poker; Martins; Giroto, 2016, p. 7). Desafio este que chega aos Institutos Federais, perpassa todos os níveis, despertando a necessidade do desenvolvimento de políticas eficientes que os auxiliem na superação dos desafios do desenvolvimento da aprendizagem em meio a diversidade numa perspectiva inclusiva.

Logo, é necessário pensarmos em uma educação inclusiva capaz de envolver a todos, tendo consciência que não é apenas papel da escola, esta instituição social fundamental à humanidade, mas cabe a todos contribuírem para que se torne efetivada em todos os níveis. E, por isso, “É preciso formar pessoas com capacidade crítica e solidária, se não quiseres deixá-las ainda mais indefesas” (Santomé, 1998, p. 23). Os Institutos Federais surgem enquanto proposta de ensino transversal, trazendo ensino, pesquisa e extensão voltado ao desenvolvimento integral e integrado à Educação Profissional e Tecnológica, buscando desenvolver educação regionalizada, isto é, preocupada também com as necessidades locais. Desta feita, pode demonstrar que a dimensão da educação na perspectiva inclusiva vai muito além do público-alvo da educação especial, como determina atualmente a Legislação, e proporciona o atendimento a todas as necessidades específicas apresentadas pelos estudantes.

## 2.2 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Ao pensarmos em educação se faz necessário ter em mente todo o contexto

histórico e as lutas pelas quais já passamos, mas, para além disso, é fundamental que sigamos em frente na luta contra os retrocessos que muitas vezes nos são impostos por políticas inadequadas às necessidades e às realidades atuais. Assim,

Ao se fazer uma retrospectiva histórica, percebe-se que a pessoa com deficiência tem conquistado direitos ao longo do tempo, que estão registrados em diversos marcos normativos e referenciais, tanto em âmbito nacional quanto internacionalmente. (Meneses; Almeida; Ribeiro, 2018, p. 170).

Para que tenhamos verdadeiramente uma educação completa é necessário dialogar com a educação inclusiva. Assim precisamos analisar o momento em que vivemos em termos de políticas educacionais. Desse modo, com o auxílio das legislações, conseguimos entender um pouco mais sobre o percurso que a educação tem traçado ao longo dos tempos, mesmo que nem sempre seja o que se espera. No entanto, conhecê-las pode contribuir para entender os caminhos pelos quais a educação tem trilhado e assim surgirão mais oportunidades para planejar novos rumos.

Temos diversas configurações proporcionadas pelas legislações, oportunizando assim novas discussões sobre o processo. É por meio destas frequentes discussões que se buscará pela melhoria do processo de ensino-aprendizagem. A educação visa à inclusão de todos, podendo cercar-se da oportunidade de trabalhar a reversão desse percurso de preconceito e exclusão que a pessoa com deficiência enfrenta há muito tempo. Isso somente se tornará possível por meio de uma escola inclusiva que traga a oportunidade de transpor essas barreiras, evidenciando nos marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e os atuais marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, [...] e da disponibilização do atendimento educacional especializado. (Brasil, 2010, p. 8).

Assim, por meio da educação, o ser humano desenvolve e aperfeiçoa capacidades e adquire outras habilidades que lhes auxiliarão a viver e interagir no mundo. Nesse sentido, a partir do princípio de que a educação é para todos, não podemos admitir que uma parte se sinta, ou mesmo, seja excluída. Então, em meio a

várias tentativas de se efetivar a inclusão, vamos observando outras políticas surgindo e trazendo novas configurações, além das já existentes na tentativa de efetivar e garantir os direitos. Assim como nos diz:

[...] a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO, lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que objetiva, dentre as suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior. (Moreira, 2016, p. 5).

Nesse conjunto de possibilidades cabe ressaltar a importância que tem a escola enquanto instituição social nesta questão, visto que a educação, numa perspectiva inclusiva, oferece possibilidades de todos frequentarem o ambiente escolar em iguais condições, prezando pela equidade. Nesse sentido, surge o direito de todos ao acesso a uma educação garantida pela legislação. Deste modo,

Ao pesquisar o alcance dos fundamentos legais da política de educação especial na perspectiva inclusiva, confrontando com as possibilidades e os limites da formação e atuação do trabalho docente no ensino médio propostos no referido pacto, foi possível perceber que a LDB é clara ao definir a educação especial como uma modalidade de educação escolar e ao conferir que os indivíduos com necessidades especiais educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – devem ter assegurados o acesso à educação escolar, preferencialmente na rede regular de ensino. (Araújo; Neto, 2017, p. 12).

Fica evidente que “certamente a adoção de uma perspectiva educacional inclusiva no ordenamento legal brasileiro repercute nos processos formativos oferecidos em cursos de Licenciatura” (Cruz; Glat, 2014, p. 259). Ainda segundo os mesmos autores:

Nos cursos de formação de professores em nível de Licenciatura acumulam-se críticas, de todas as ordens, à consistência da preparação oferecida para a intervenção profissional na educação básica. Esta temática ganha um contorno deveras peculiar quando a ela agregamos a escolarização de alunos com necessidades especiais oriundas de algum tipo de deficiência ou transtorno de desenvolvimento. (Cruz; Glat, 2014, p. 2058).

Logo, é de suma importância a proteção dos direitos para que tenham sua efetivação assegurada, trazendo não somente garantias, mas oportunidades de se desenvolverem integralmente. Nesse sentido, nos marcos político-legais da educação



especial na perspectiva da educação inclusiva,

O Estado brasileiro, signatário desta Convenção, assume o compromisso de assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Para tanto, deve garantir que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema geral de ensino e realizar medidas que efetivem o pleno acesso à educação em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico e social. (Brasil, 2010, p. 8).

Desse modo, as instituições devem ser comprometidas e capacitadas para o desenvolvimento de uma educação inclusiva, que abarque um grande público. Nesse sentido temos os Institutos Federais atuando nos diversos níveis de ensino, proporcionando uma educação profissional e tecnológica para o mundo do trabalho, à disposição de todos comprometidos com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional.

### 2.3 INSTITUTOS FEDERAIS

É neste contexto que surge enquanto proposta inovadora educacional os Institutos Federais (IFs), trazendo a verticalização, permitindo o acesso a todas as etapas de ensino, aos educandos e aos docentes nos diversos níveis. Assim, “a organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais” (Pacheco, 2015, p. 13). O que torna os IFs distintos de outras instituições, pois:

Na proposta dos Institutos Federais, agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. (Pacheco, 2015, p. 14).

Em seus princípios, o Instituto Federal traz a Educação Profissional e Tecnológica enquanto elementos norteadores de suas práticas, estabelecendo uma educação voltada ao mundo do trabalho. Lembrando que,

A Educação Profissional no Brasil, embora conte com uma história que remonta ao Império [...]. Apesar disso, ela representa desde sempre um espaço privilegiado para a compreensão das relações educacionais e de trabalho constituintes da História da Educação no Brasil, de modo geral, e, mais especificamente, das relações, muitas vezes conflituosas, entre ensino,

profissionalização, formação e tantos outros construtos conceituais e teóricos envolvidos no que se convencionou chamar Educação Profissional e Tecnológica (EPT) (Oliveira *et al.*, 2020, p. 11).

Educação esta que nos Institutos Federais já em nível médio é integrada à Educação Profissional Tecnológica. Fazendo parte desta proposta iniciada na educação básica e sequenciada por todo o percurso educacional, a educação inclusiva se desenvolve nas etapas de cada nível dentre as suas especificidades, mantendo sua identidade. Os Institutos Federais buscam a educação inclusiva em todos os seus níveis, respaldada por sua Política de Diversidade e Inclusão, que estabelece as bases para a garantia do desenvolvimento de um processo de ensino aprendizagem, voltado ao respeito mútuo à diversidade. Busca eliminar as barreiras para o desenvolvimento de um sistema de inclusão efetivo. Nesse sentido, “as políticas públicas e inclusivas para a educação, principalmente para a educação profissional e tecnológica, espelham a luta por ultrapassar a condição de consumidor para a de produtor de ciência e tecnologia” (Pacheco, 2015, p. 25). Os Institutos Federais podem contribuir por meio do desenvolvimento de sua política educacional.

Desta maneira, trilhando por caminhos que oportunizarão novos horizontes, muitas vezes, possíveis apenas por meio das instituições de ensino. Cabendo também a responsabilidade de promover esses caminhos no próprio sistema educacional. Dessa forma, o processo de inclusão é o caminho que proporciona reflexões sobre questões importantes, como o respeito aos outros, as diferenças, o combate aos preconceitos e exclusões, elementos vitais ao processo de caminhada. Além de propiciar um ambiente acolhedor em que todos se sintam pertencentes, e não apenas as pessoas com deficiências, mas sim todas e quaisquer pessoas com suas características e necessidades específicas.

Entre tantos desafios impostos para o desenvolvimento de uma educação efetivamente inclusiva, este vislumbrar diferenciado que valorize a diversidade é um grande desafio. Assim, para Santos *et al.* (2017), “as mudanças pelas quais passam o sistema educacional ao longo de sua trajetória a partir do paradigma da inclusão são fatores de enriquecimento do processo de ensino aprendizagem”. Portanto, um sistema educacional no qual todos tenham iguais possibilidades de desenvolvimento dentre suas especificidades de maneira equitativa.

Nesse sentido, o IFC se constituiu enquanto instituição de ensino inclusivo direcionado por princípios fundamentados em conformidade com a legislação,

trazendo à Instituição o engajamento e o compromisso com a educação inclusiva. “A educação, no contexto mundial, caminha em direção a um modelo de escola que se fundamenta no paradigma da Inclusão” (Poker; Martins; Giroto, 2016, p. 7). Por conseguinte, sem desconsiderar a legislação, mas por compreender que para haver inclusão é necessário o atendimento a todos, o IFC desenvolve, em sua política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, a utilização da terminologia “estudantes com necessidades educacionais específicas” para abarcar a individualidade de cada estudante em suas especificidades.

Neste processo fundamental fazem parte da educação inclusiva todos os profissionais da escola, alunos, família, como também toda a comunidade em geral. Desse modo, toda a sociedade tem nos seus deveres uma fonte inesgotável. “entretanto, percebe-se que ainda existe resistência à inclusão não só no ambiente escolar, mas em todas as esferas da sociedade, o que é contraditório à legislação atual” (Meneses; Almeida; Ribeiro, 2018, p. 37). A educação inclusiva é capaz de auxiliar e contribuir na superação dos preconceitos existentes que promovem a exclusão social. Para isso se faz necessário termos escolas inclusivas, as quais trazem a oportunidade de mudança desta realidade excludente que vivenciamos.

Assim, no IFC em seu sistema educacional é possível, por meio de observações de suas legislações, compreender que o mesmo tem empenhado esforços para garantir que seu sistema seja efetivamente inclusivo, estabelecendo diretrizes por intermédio do CONSUPER, órgão superior da administração de caráter consultivo e deliberativo, que tem suas competências estabelecidas no Estatuto do IFC.

Também de acordo com a Resolução nº 16 de 2019, suas diretrizes para a EPT integrada ao ensino médio é uma construção, num processo de colaboração que envolve estudantes, docentes, técnico-administrativos e famílias, tornando-se um avanço enquanto política pública. Assim, o sistema educacional do IFC busca por uma educação capaz de proporcionar ultrapassar barreiras para o desenvolvimento integral do estudante.

Neste sentido, propõe-se uma educação emancipatória, que dialogue com os referenciais teóricos e com a legislação sobre a Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio, que proporcione aos estudantes formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica, pautada pelos princípios da democracia, da autonomia e da participação crítica e cidadã, que os habilite a compreender

que uma formação nesta perspectiva precede a qualificação técnica para o mundo do trabalho. (IFC, 2019).

Assim, de acordo com a Resolução nº 16 (IFC, 2021), o IFC tem em enquanto atribuições desenvolver educação profissional, empreendendo ensino, pesquisa e extensão, com prioridade na formação inclusiva social e no desenvolvimento regional.

Conseqüentemente é necessário observar que algumas vezes os mesmos alunos que não apresentam nem uma deficiência ou necessidade educacional específica podem não se sentir incluídos no processo de aprendizagem, portanto tornar a escola inclusiva não é uma tarefa fácil, principalmente porque precisa se estar atento a cada aluno neste processo de forma específica. É essa especificidade que torna esse processo fundamentalmente complexo.

O mundo é composto por mais de sete bilhões de seres humanos e cada um de nós é um ser diferente por si só. Este fato não é só comprovado pela impressão digital única, mas também pelas características individuais de aprendizagem. A vivência diária, os valores, o apoio emocional da família e, principalmente, as habilidades cognitivas inatas do indivíduo transformam cada um de nós em um ser único com relação à aprendizagem. (Meneses; Almeida; Ribeiro, 2018, p. 144).

Nesse sentido, apesar de sermos seres únicos, “[...] Nós nos constituímos através do tempo na interação com o espaço, que contém espaço físico natural, espaço psicológico, histórico, social” (Luckesi, 2003, p. 60), porque a cultura escolar se desenvolve a partir da interação dos sujeitos. Seres estes de direitos e deveres que têm na legislação a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, proporcionando uma outra configuração à educação. Assim sendo, a Constituição Federal estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, Art. 205, p. 173).

Em meio a essas inúmeras questões, temos o docente enquanto sujeito capaz de auxiliar os alunos nesse processo para que tenham seus direitos assegurados e que se reconheçam enquanto sujeitos capazes de intervir e transformar o mundo. E, por isso, “O docente que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo” (Freire, 1996, p. 16). Podemos afirmar que é de fundamental importância conhecermos para que

possamos intervir, pois a realidade se faz de ações transformadoras.

Faz-se necessário criarmos mecanismos transformadores que proporcionem a inclusão do aluno, fazendo com que ele se sinta acolhido e possa agir e interagir no ambiente com naturalidade e autonomia pois, “É pela relação homem-natureza e homem-homem que o ser humano produz sua existência como espécie e como sujeitos singulares” (Ramos, 2012, p. 108). Somente pela educação transformadora e inclusiva o ser humano é capaz de se reconhecer enquanto sujeito ativo do processo e também se reconhecer no outro enquanto ser que necessita da coletividade para sua sobrevivência e conseqüentemente da própria espécie.

De acordo com Garcia (2004, p. 1), “É exatamente um diagnóstico de produção de ‘exclusão social’ que tem justificado a necessidade de propor políticas que contemplem a ‘inclusão social’”. Para que assim seja compreendido o processo de inclusão enquanto possibilidade de trazer melhorias na própria existência. Para isso não basta apenas preconizar a inclusão, é fundamental combater o preconceito de maneira eficiente.

A superação desse modelo excludente passa por diversas fases, muitas vezes a dificuldade já se inicia na compreensão do próprio termo. Fazendo-se de suma importância desenvolver essa compreensão para que não haja uma distorção que prejudique o processo. Desse modo, desenvolver um plano educacional que dialogue com as especificidades, despertando e fomentando intervenções na perspectiva da educação inclusiva e integral na qual a comunidade participe de maneira ativa, poderá auxiliar no desenvolvimento do processo. Caso contrário,

Por mais colegiada que seja a administração da unidade escolar, se ela não inclui a comunidade, corre o risco de constituir apenas mais um arranjo entre os funcionários do Estado, para atender a interesses que, por isso mesmo, dificilmente coincidirão com os da população usuária (Paro, 2000, p. 16).

Compreender esse processo nos permite criarmos estratégias e traçarmos novas metas para desenvolver a inclusão. Assim, assegurar que todos possam participar muito pode colaborar com esse processo, proporcionando-lhes o envolvimento nas discussões e nas tomadas de decisões. Nesse sentido, “a participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar” (Libâneo, 2008, p. 102). Assim,

a articulação entre a organização e as políticas públicas, em especial a política de inclusão, podem assegurar o acesso a uma educação de qualidade que ofereça condições para que todos possam se desenvolver, a partir do respeito à diversidade e à valorização das diferenças.

Refletir sobre essas práticas é importante para o desenvolvimento da educação numa perspectiva de educação inclusiva, tendo em mente a luta que se empenha para afirmá-las dentro de uma sociedade capitalista, na qual, de acordo com Saviani (2002, p. 30), “Considera-se que a classe dominante não tem interesse na transformação histórica da escola (ela está empenhada na preservação de seu domínio, apenas acionará mecanismos de adaptação que evitem a transformação)”. Diante de tantos desafios que nos são apresentados, é evidente que:

Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terços dos seres humanos. (Frigotto, 2001, p. 72).

Certamente, diante de tamanhos desafios, a escola inclusiva que buscamos precisa ser pensada e estruturada. Para alcançarmos êxito é importante uma gestão participativa que contribua com a educação pautada em valores morais, no desenvolvimento da educação na perspectiva da educação inclusiva, “isso implica articularmos a luta pela educação básica (fundamental e média) e a Educação Profissional [...]” (Frigotto, 2001, p. 84) no sentido de desenvolvermos uma educação que priorize a todos dentro suas especificidades.

Diante deste contexto, a escola inclusiva e as políticas públicas surgem enquanto oportunidade de mudança de um cenário tão desafiador.

## 2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS

Vivemos em uma sociedade moderna na qual as diferenças são parte constituinte da mesma. Assim sendo, em meio a tantas diversidades surgem conflitos, os quais necessitam ser mantidos dentro de um padrão que possibilite a convivência social. Desse modo, “dois fatores podem contribuir para o controle dos conflitos: a coerção e a política” (Rua, 2009, p. 16).

Para o sistema educacional, vamos nos delimitar à parte política. Nesse

sentido, como fazer para que essas diferenças não nos separem transformando em desigualdades e exclusão social, mas que, ao contrário, sejam a força propulsora que nos fortalece e nos move em direção a um mundo humanamente melhor.

Assim, nos deparamos com inúmeras políticas que auxiliam a lidar com as diversidades por meio de muitas alternativas. Nesse sentido, as Políticas Públicas são uma delas e podem nos ajudar a trazer respostas a estes questionamentos, tendo na educação uma parceria para a sua efetivação.

A partir da década de 90, surgem outras políticas, ampliando assim as já existentes, instigando ações inclusivas aos direitos das pessoas com deficiência. “Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva” (Moreira, 2016, p. 7). Assim, na tentativa de melhores condições, vão sendo desenvolvidas as políticas públicas que preconizam estabelecer a equidade.

Em seguida, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 e a Constituição Federal de 1988 estabelecem a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família em promovê-la.

Em 2008 se institui a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que em suas definições nos traz a educação inclusiva fundamental aos direitos humanos, com valores indissociáveis, que busca pela equidade no contexto das situações de exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 1).

Entre leis, resoluções e decretos que vão se constituindo na linha do tempo na busca de uma educação de qualidade para todos, surgiu em 2015 a Lei nº 13.146, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, buscando assegurar e promover a educação inclusiva.

No entanto, em 2020, surge a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida, instituída pelo Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, em seu art. 2, VI, VII, abre caminhos para a segregação dos educandos da educação especial ao preconizar a eles as diferenciações em instituições e até mesmo em classe dentro das próprias escolas inclusivas. Essa legislação, ao contrário do que se tem buscado, não incluiu, separou, dividiu, segregou ao preconizar:

VI - escolas especializadas - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;  
VII - classes especializadas - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade. (Brasil, 2020).

Desse modo caracterizou-se assim, dentre esta e outras demandas trazidas pelo Decreto, um verdadeiro retrocesso ao processo de educação na perspectiva inclusiva, afrontando assim direitos constitucionais universais, expressos na Constituição de 1988, visto que a educação, quando entregue a instituições privadas, pode eximir os deveres do Estado preconizados pela Constituição Federal: “a educação enquanto dever da família deve ser promovida e incentivada pela sociedade em seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, Art. 205, p. 123), direitos fundamentais garantidos por leis.

Direitos esses que foram negados e que correram o risco de perder a sua validade, apesar dos diversos esforços empreendidos por vários grupos, os quais não foram suficientes para impedir algumas mudanças mesmo que temporárias na legislação, como no caso do Decreto nº 10.502/2020, caracterizando-se totalmente oposto ao princípio da inclusão, revogado pelo Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, sendo uma das primeiras medidas tomadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva após sua posse.

Com relação ao tema, o IFC estabelece, em sua Política de Inclusão e Diversidade, quais são os documentos, leis, resoluções, decretos e portarias que o regulamentam. No entanto, a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida, instituída pelo Decreto nº 10.502/2020, jamais fez parte desta por não dialogar com a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense, instituída pela Resolução 033/2019, que em seu Art. 1º preconiza ações de promoção da inclusão, da diversidade e dos direitos humanos à comunidade acadêmica nos diversos contextos inseridos.

Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da



capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. (Pacheco, 2015, p. 15).

Prevê também um atendimento voltado ao bem-estar e ao desenvolvimento integral dos estudantes, em sua Política de Atendimento ao Estudante, o Instituto Federal Catarinense, Resolução 022/2022, busca garantir direitos em seu Art. 4º e Art. 5º, definindo os objetivos desta política de Atendimento, voltados à permanência e ao êxito estudantil, como também o respeito ao ser humano, a inclusão, a diversidade, e práticas inclusivas, o apoio biopsicossocial e pedagógico e o AEE, dentre outros.

Também compõe a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência de 2015, estabelecendo que “Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida [...]” (Brasil, 2015), conferindo assim a estes estudantes direitos que precisam ser postos em prática em todos os níveis de ensino.

Também na EPT, na qual “A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte” (Pacheco, 2015, p. 25). O desenvolvimento agrega elementos a mais que lhes permitam sua inserção no mundo do trabalho.

Desse modo, a Política de inclusão e Diversidade do IFC propõe garantir o direito educacional a todos, a partir da igualdade de oportunidades e condições de aprendizado aos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas a partir do respeito à diversidade por meio de uma educação inclusiva.

Nesse sentido, a educação inclusiva tem como objetivo garantir o direito de todos à educação, também prevê a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas. Sendo necessário para termos uma educação justa pensá-la numa perspectiva inclusiva:

Pensar em políticas públicas, em uma acepção mais abrangente de inclusão escolar, significa planejar e implementar projetos que atendam aos diversos grupos marginalizados, seja por sua vulnerabilidade de escolha política, religiosa, orientação sexual, bem como por sua condição física, cognitiva, de cor, raça e etnia. (Teixeira; Barreto; Nunes, 2021, p. 2).

Assim, para que seja possível desenvolver um trabalho voltado à educação inclusiva, combatendo a segregação e a exclusão, precisamos também dialogar com

as políticas públicas que vivenciamos nos dias atuais, compreendendo que o processo de inclusão encontra-se amparado legalmente por legislação específica, sem esquecermos que muito recente vivenciamos alterações que configuram um verdadeiro retrocesso por buscar retornar ao paradigma da segregação. Nesse sentido, “percebe-se que as políticas de inclusão, embora asseguradas por lei, ainda apresentam fragilidades como direito assegurado” (Willian, 2019, p. 28), o que implica estarmos alerta a demandas que possam cercear direitos, como ocorrido em outro momento com o denominado Decreto da Exclusão, que demandou de muito empenho para sua revogação.

Desse modo, com a revogação do “Decreto da Exclusão”, a educação inclusiva retoma suas bases, desenvolvida nas instituições públicas, tendo o AEE como um meio capaz de auxiliar os sujeitos, (docentes e estudantes), no processo de ensino-aprendizagem, sendo ofertado:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino [...]. (Brasil, 2013, p. 1).

Dispondo da regulamentação de suas diretrizes por meio da “[...] Resolução nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Brasil, 2009a), estabelecendo normas para seu funcionamento, determinando suas funções.

## 2.5 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A educação inclusiva busca a participação efetiva de todos. Assim estabelece que, independentemente de quaisquer condições, todos têm o direito de frequentar o mesmo ambiente escolar para que possam desenvolver suas habilidades no processo de aprendizagem. Dessa forma, “Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola [...]” (Moreira, 2016, p. 9), pois a escola é o espaço de convivência social que necessita de uma organização harmônica. E o projeto político pedagógico pode ser um elemento norteador deste processo para que se chegue a esta harmonia. Segundo Veiga (1995), “o projeto

político pedagógico está relacionado à organização da escola e da sala de aula numa inter-relação com o contexto social”. Portanto, deverá estabelecer o atendimento à diversidade e proporcionar recursos a todos que necessitarem, como também assegurem a garantia de que sejam realizadas as flexibilizações curriculares, quando se fizerem necessárias, sendo o AEE um dos meios para atingir tais propósitos.

Atendimento esse normatizado pelo Decreto nº 7.611/2011, que estabelece as diretrizes do AEE e que designa, em seu Art. 2º: “§ 1º [...] atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente [...]” Constituído-se como parte diversificada curricular, desenvolvendo assim recursos que auxiliem na eliminação de barreiras e auxiliando os estudantes a se desenvolverem mais rápido e melhor. Portanto, que possam se desenvolver dentro de suas especificidades, no seu ritmo, sentindo-se acolhidos e pertencentes ao processo.

Assim, para que esse processo ocorra realmente de forma inclusiva, são estabelecidas as funções do AEE pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, em seu Art. 2º: “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno [...]” (Brasil, 2009). Nesse contexto o AEE torna-se muito além de um simples reforço aos estudantes, podendo tornar-se um elo entre escola, docente, estudantes, família e sociedade.

Devido a sua importância de acordo com o Decreto nº 7.611/2011, fica determinado em seu Art. 2º, “§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola [...]”, trazendo assim uma nova demanda de profissionais para atuarem nos atendimentos.

Requerendo que estes profissionais para a atuação no AEE sejam docentes com formação em Educação Especial, tendo suas atribuições definidas pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Sendo:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

- IV - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI - Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (Brasil, 2009).

O AEE é um serviço da educação especial na perspectiva da educação inclusiva que deve ocorrer preferencialmente na rede regular. Seu objetivo é eliminar ou minimizar as barreiras que possam ser um entrave no processo de ensino e aprendizagem de estudantes público-alvo. De acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o AEE na Educação Básica, considera-se público-alvo os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e aqueles com altas habilidades/superdotação. Já no IFC esse público-alvo tem o alcance expandido por preconizar também o atendimento especializado aos estudantes com necessidades específicas.

Fazendo parte do processo de inclusão, o IFC possui uma legislação específica nesta área denominada “Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense”, que objetiva no “Art. 4º A Política Inclusão e Diversidade do IFC tem por objetivo promover a inclusão, o respeito à diversidade e aos direitos humanos no âmbito do IFC, com vistas à construção de uma instituição inclusiva, permeada por valores democráticos e éticos” (IFC, 2019, p. 2).

Entre as instâncias de concretização e organização da Política de Inclusão e Diversidade das unidades do IFC, encontramos diversos núcleos, entre eles o Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE).

Art. 15 O Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) é voltado para o fomento a estudos das questões relativas à inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, e desenvolvimento de ações de inclusão e quebra de barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas (IFC, 2019, p. 5).

Logo, para promover a quebra de barreiras desenvolvendo o processo de inclusão, necessitam de docentes comprometidos e bem orientados, capazes de, além de trabalhar com a diversidade respeitando as diferenças, também combatam a

exclusão e qualquer forma de preconceito e discriminação.

Nesse sentido, o Napne pode contribuir nesse processo por meio de ações de implementação da inclusão:

Parágrafo único. São atribuições do Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas nas unidades do IFC:

I - Desenvolver ações de implementação de políticas de inclusão, conforme as demandas existentes na região de abrangência;

II - Contribuir para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;

III - Articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

IV - Sensibilizar a comunidade do campus e da Reitoria, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;

V - Construir vínculos e manter diálogo permanente com fóruns, organizações, associações, representações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a temática de equidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

VI - Assessorar e prestar consultoria às instâncias e setores do IFC em situações ou casos que envolvam essas temáticas;

VII - Promover ações em parceria com os núcleos inclusivos relacionados à promoção da inclusão, diversidade e o respeito aos direitos humanos;

VIII - Propor programas de formação continuada para a comunidade da região de abrangência e ações de capacitação para servidores sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

IX - Incentivar a relação instituição/comunidade, no que diz respeito às pessoas com deficiência e necessidades específicas;

X - Disponibilizar, estimular a produção e demandar a aquisição de materiais diversos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural;

XI - Indicar obras para o acervo das bibliotecas sobre a temática;

XII - Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

XIII - Fazer intercâmbio com os demais campi e escolas da rede pública e privada e outras instituições com o intuito de realização de atividades voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

XIV - Propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;

XV - Participar dos processos de construção dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) do IFC, a fim de garantir que a temática da inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas seja contemplada. (IFC, 2019, p. 5-6).

Podemos afirmar, de acordo com a legislação, que, na intencionalidade de garantir uma política pública eficiente, instituiu-se o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas, por ações para o atendimento dos estudantes PAEE.

Logo, o AEE é uma política pública destinada a alunos com necessidades específicas de aprendizagem, é um mecanismo a mais para desenvolver estratégias de inclusão, sendo importante também mensurar que “O AEE disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros” (Moreira, 2016, p. 16). Logo, a oferta do AEE deve acontecer no turno inverso ao da educação regular, oportunizando novos trajetos.

Apesar do caminho já percorrido, os desafios até agora são muitos, evidenciando a necessidade de superá-los para que tenhamos uma educação realmente inclusiva, na qual todos os sujeitos sejam protagonistas.

Assim, no intuito de contribuir com o processo de educação inclusiva, no qual os estudantes sejam todos oportunizados dentro de suas especificidades, o Instituto Federal Catarinense determina que o AEE institucional seja composto de legislação própria pautada em legislações federais. A Resolução nº 15/2021, que institui a regulamentação para o AEE do IFC, determina os conceitos, as finalidades e os objetivos, estabelecendo o público para esse atendimento e os procedimentos a serem adotados, como também a constituição da equipe de atendimento educacional, sendo essa constituída por uma pedagoga, uma psicóloga e uma professora de educação especial, composição normatizada em resolução. Determina que, caso haja necessidade, poderão ser acrescidos à equipe outros profissionais. Além de estabelecer as atribuições da equipe e especificar a atribuição de cada componente, traz determinações curriculares e de certificações, buscando assim o desenvolvimento por meio de parcerias de uma educação de qualidade efetivamente inclusiva.

Logo, objetivando conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, que possibilitará discutir e refletir sobre saberes e práticas desta inter-relação que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem e auxiliem no reconhecimento e acolhimento da diversidade, e conseqüentemente no desenvolvimento do processo de educação numa perspectiva da educação inclusiva na EPT enquanto “formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos

se apropriarem de conhecimentos que estruture sua inserção na vida produtiva dignamente” (Ramos, 2007/2008, p. 11). Nesse sentido, o desenvolvimento de pesquisas que desenvolvam o tema muito pode auxiliar na consolidação de Políticas Públicas eficientes, das quais as manipulações e os retrocessos não encontrarão mais espaço para coexistirem.

Deste modo, encontra-se no tema imensa relevância social no sentido de contribuir para o desenvolvimento e participação ativa na vida social, na sua inserção no mundo do trabalho por meio da educação. Revela-se, portanto, um grande desafio e uma enorme possibilidade de ampliar os conhecimentos sobre um tema de extrema relevância.

## 2.6 EDUCAÇÃO E TRABALHO

É importante para a compreensão do tema lembrar que “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (Saviani, 2007, p. 152). Assim, trabalho e educação são elementos primordiais de extrema relevância ao homem, compreendê-los ajuda no desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Neste universo de relações tão necessárias que não ocorrem independente das relações da sociedade, é importante garantir igualdade de direitos e respeito às diferenças por meio de uma educação pautada na inclusão, basilar a partir do início da vida escolar, sendo que a “inclusão escolar tem início na educação infantil [...]” (Moreira, 2016, p. 16), abrangendo também a “educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social” (*Ibid.*, p. 16). Vindo ao encontro dessa necessidade social, os Institutos Federais ofertam a Educação Profissional e Tecnológica em diversos níveis, possibilitando a inserção ao mundo do trabalho, a partir de uma educação inclusiva que busca envolver a todos, respeitando a diversidade e valorizando as diferenças.

Desse modo, “como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão [...]” (Pacheco, 2012, p. 58). Cidadão este integrante e atuante no mundo, capaz de transformar a sua realidade e intervir na sociedade em que vive, tendo a educação e o trabalho instrumentos

capazes de auxiliar nessas transformações.

Temos então o trabalho e a educação como atividades propriamente humanas que se encontram em constantes transformações ao longo da história da humanidade e que se organizam de diferentes formas e condições, despertando em nós diversos questionamentos para sua compreensão. De acordo com Pacheco (2012, p. 59),

o primeiro sentido, de natureza filosófica, que atribuímos à integração expressando uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo educativo, visando a formação omnilateral dos sujeitos. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura.

É necessário ter em mente que os conhecimentos em suas dimensões são distintos e necessitam de formas distintas para ensiná-los. No entanto, os conhecimentos relacionados à EPT, alguns deles por inúmeras dificuldades e até mesmo limitações da própria sala de aula, não são possíveis reproduzir no ambiente escolar nas condições concretas do mundo do trabalho, exigindo do profissional um desafio em termos de inovação que possa suprir tal lacuna. “A inovação na sala de aula da EPT é, pois, uma resposta criativa e bem sucedida a uma situação-problema. O seu ponto de partida deve ser, portanto, os estudantes, suas necessidades e vieses de trabalho [...]” (Souza; Nunes, 2019, p. 110).

Para que seja possível suprir as lacunas que surgem no decorrer do processo é necessário tornar a sala de aula inovadora. “Ressignificar o trabalho docente é o grande desafio para tornar uma sala de aula inovadora” (Souza; Nunes, 2019, p. 111) E muito mais atrativa. Assim sendo, surge a necessidade de desenvolvimento da avaliação para que seja possível compreender o contexto e entender a caminhada. Desse modo, em qualquer nível é necessário compreender que a avaliação está ligada a algo, ela por si só não operacionaliza. “À avaliação, seja em que nível for ou em que âmbito for, não existe, assim como não opera por ela mesma; está sempre a serviço de um projeto, de uma concepção teórica” (Luckesi, 2003, p. 49). Avaliar é uma necessidade para que se possa caminhar e alcançar os objetivos pleiteados, conseqüentemente para que se possa desenvolver todo e qualquer projeto.

Neste sentido a avaliação na educação assume características que se encontram ligadas às práticas educativas que corroborem para o desenvolvimento de uma educação na perspectiva da inclusão, sendo importante compreender as características aplicadas: “no nosso caso, que é a prática educativa, a avaliação da



aprendizagem terá as características da pedagogia à qual ela serve” (Luckesi, 2003, p. 49). Logo, por meio da avaliação, é possível planejar e desenvolver, com uma maior precisão, técnicas pedagógicas mais eficientes que alcancem a todos, possibilitando sua inserção ao mundo do trabalho, tão importante ao ser humano.

Portanto, é fundamental a inserção dos estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas ao mundo do trabalho, por conseguinte a EPT, desse modo possibilitando a sua inclusão, auxiliando a quebra de diversas barreiras nesta área. Barreiras estas que são verdadeiros entraves que, por meio da educação, podem se amenizar ou por vezes até transpor.

Desse modo, na modalidade de educação de jovens e adultos e educação profissional, as ações da educação especial possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para a inserção no mundo do trabalho e efetiva participação social. (Moreira, 2016, p. 10).

Essa oportunidade nas diversas modalidades de educação tão fundamental ao ser traz a possibilidade de mudança, e a inclusão é um dos caminhos para que isso seja possível, assim a educação integral e integrada surge para auxiliar no processo.

Já discutimos que a forma integrada do ensino médio à educação profissional não se confunde totalmente com o projeto de escola unitária e educação politécnica porque a conjuntura do real assim não o permite. Porém, por conter elementos de uma educação politécnica, vem a ser uma condição social e historicamente necessária para a sua construção, buscando-se, a partir do desenvolvimento do capitalismo e de sua crítica, superar a proposta burguesa de educação que potencialize a transformação estrutural da realidade. (Ramos, 2007/2008, p. 550).

Logo, “O ensino médio, concebido como educação básica e articulado ao mundo do trabalho, da cultura e da ciência, constitui-se em direito social e subjetivo e, portanto, vinculado a todas as esferas e dimensões da vida” (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 76). Logo, a formação omnilateral dos sujeitos é a busca por uma formação integrada:

No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, o que se quer com a concepção de educação integrada é que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos em que se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, como a formação inicial, o ensino técnico, tecnológico ou superior. (Pacheco, 2012, p. 60).

Desse modo vão sendo desenvolvidas políticas na intencionalidade de se

alcançar o que se tem buscado, a melhoria da qualidade do ensino médio. Desse modo,

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio aponta para a superação da fragmentação e do pragmatismo, defendendo uma educação integrada entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura. À luz das Diretrizes Curriculares do Ensino Médio designa as formas de ofertas e organização [...]. (Araújo; Neto, 2017, p. 11).

Num viés mais crítico que esse processo seja dialógico com a educação inclusiva, sendo pensada e organizada também para as pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas, pois "A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis" (Gramsci, 2001, p. 19). No entanto,

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. (Moreira, 2016, p. 1).

Assim sendo, a educação inclusiva é abrangente por se destinar a todos e possibilitar trabalhar com as individualidades a partir do respeito às diferenças. "Estão aí os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação" (Saviani, 2007, p. 155), nos oportunizando desenvolver um olhar crítico sobre a temática para além de si mesmo e incentivando a efetivação da inclusão.

O IFC tem buscado criar instâncias capazes de contribuir para desenvolver uma educação na perspectiva inclusiva que proporcione a todos o direito de uma educação de qualidade e gratuita. Assim sendo,

O Conselho Institucional de Inclusão e Diversidade foi uma das instâncias criadas a partir da Política de Inclusão e Diversidade do IFC. Nele articulam-se representações dos coordenadores e vice-coordenadores dos núcleos inclusivos institucionais (Napne, Neabi e Neges). [Relatório do Conselho]. (IFC, 2020/2021, p. 6).

O IFC traz, em sua Política de Inclusão e Diversidade, várias ações voltadas à superação de preconceitos, ao desenvolvimento integral e integrado a partir da valorização das diferenças e do respeito à diversidade, sendo as mesmas voltadas ao desenvolvimento de ações inclusivas que auxiliem na superação das barreiras, tais

como ações que proporcionem maior acessibilidade, entre outras, contando também com o auxílio do AEE.

### 3 METODOLOGIA

A seleção desta instituição para a aplicação da pesquisa foi realizada pelo pesquisador, optou-se por ela por fazer parte da rede em que desenvolveu seus estudos, o curso escolhido para a aplicação da pesquisa foi Ensino médio Integrado curso Técnico em Informática para a Internet, por ser um dos cursos que apresenta uma alta demanda de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, sendo a pesquisa um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de mestrado. Tendo como propósito desenvolver conhecimento com base nas investigações da pesquisa e, por conseguinte, dialogar com o objetivo de conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFC, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de AEE às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Assim, na intencionalidade de orientação sobre o percurso que os estudos da pesquisa deveriam percorrer durante a trajetória da investigação para alcançar os objetivos estabelecidos, definiu-se o método. Optou-se pelo estudo de caso por ser uma estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno atual em seu contexto real e os fatores que atuam. Para Yin (2001, p. 32), “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos”.

Köcke (2011, p. 69) diz: “Admite-se que a ciência e seus procedimentos são processos históricos sujeitos a mudanças de acordo com a época e a área do conhecimento, porém admite que alguns critérios básicos são discerníveis no procedimento utilizado para construir a ciência”.

A partir do tema trabalhado, realizou-se um levantamento sobre pesquisas e produções bibliográficas relacionadas ao mesmo, para isso foram utilizados os buscadores acadêmicos, sendo eles: Scielo, Periódicos Capes e Google Acadêmico, além de outros recursos, tais como teses, dissertações, monografias, artigos, revistas eletrônicas, entre outros.

A pesquisa tem como objetivo desenvolver conhecimento sobre como ocorrem

as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas dos docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas, ou seja, compreender o que os docentes encontram ao solicitarem auxílio ao AEE.

Os procedimentos metodológicos foram definidos visando alcançar os objetivos propostos para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi (2003), não existe ciência sem método científico, sendo este o conjunto de atividades sistematizadas e racionalizadas para o desenvolvimento do objetivo, possibilitando avaliar possíveis erros ajudando no propósito.

Desta forma, na metodologia utilizada foi escolhido o estudo de caso enquanto estratégia de pesquisa, por meio de objetivo exploratório, o qual envolve a realização de revisão bibliográfica, documental, entre eles, os de AEE, e legislação sobre a temática. “Na verdade, as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes [...]” (Yin, 2001, p. 107). Foi sequenciada com a colaboração dos profissionais para a produção dos dados utilizando, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada (Apêndices A e B), pois “Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas” (Yin, 2001, p. 112), as quais foram desenvolvidas por meio de um roteiro de perguntas já definidas, aplicadas igualmente a todos, tendo como participantes a equipe de AEE e os docentes do ensino médio integrado ao Curso Técnico em Informática para a Internet, na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul.

Esta pesquisa apresenta abordagem qualitativa, exigindo um estudo rigoroso do objeto de pesquisa, visando ao contexto em que ele se encontra e as características da sociedade pertencente. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”, que leva em conta o conceito dos participantes (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 32).

Assim, na intencionalidade de orientação sobre o percurso que os estudos da pesquisa percorreram durante a trajetória da investigação para alcançar os objetivos estabelecidos, definiu-se o método. Optou-se pelo estudo de caso por ser uma

estratégia de pesquisa científica que analisa um fenômeno atual em seu contexto real e os fatores que atuam. Para Yin (2001, p. 32), “[...] Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre os fenômenos e o contexto não estão claramente definidos”.

Por meio de objetivo exploratório, o qual envolve a realização de revisão bibliográfica e documental sobre a temática, “Na verdade, as várias fontes são altamente complementares, e um bom estudo de caso utilizará o maior número possível de fontes [...]” (Yin, 2001, p. 107). Sequenciou-se com a colaboração dos profissionais por meio de entrevista, pois “Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas” (*Ibid.*, p. 112).

Com relação aos objetivos deste trabalho, esta é uma pesquisa exploratória. “Estas pesquisas tiveram como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (Gil, 2008, p. 41). Neste sentido esta pesquisa contribuiu para gerar novos conhecimentos a partir da investigação.

De natureza básica estratégica, por apresentar o produto educacional um material digital, um site, poderá trazer subsídios ao trabalho destes profissionais e a outros que se interessarem pelo tema, além de auxiliar no desenvolvimento da educação na perspectiva da educação inclusiva e contribuir no processo de consolidação.

Tendo como público-alvo da pesquisa a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes do ensino médio integrado ao Curso Técnico em Informática para a Internet, na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul, do período de 2024 foram os entrevistados. Dessa forma, a amostragem considerará 100% da população que aceitou participar, baseando-se nos servidores efetivos que se enquadram nos critérios de inclusão.

Assim sendo, os critérios de inclusão dos participantes na pesquisa deu-se por ser profissional efetivo da equipe de Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul, como também docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul. Foram requisitos de exclusão do participante estar afastado de suas funções laborais por qualquer motivo, atestado médico, licença maternidade, licença para estudos, férias, assim como todo e qualquer tipo de

afastamento. Quanto ao produto educacional, foi apresentado aos voluntários participantes da pesquisa por meio de e-mail.

Para a construção dos dados, utilizou-se, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista semiestruturada (Apêndices A e B).

Queremos ressaltar, reiteradamente, que a entrevista semi-estruturada na pesquisa qualitativa reúne condições que a individualizam em relação à entrevista não-diretiva e à entrevista padronizada ou estruturada. Ainda podemos dizer que a entrevista não-diretiva pode ter escasso emprego no tipo de estudo qualitativo. Como todos sabemos, a pesquisa não-diretiva, de origem rogeriana, é centrada no sujeito fundamentalmente para compreendê-lo através – de maneira especial – de um processo de empatia, isto é, do esforço que realiza o entrevistador para colocar-se na situação experimentada, vivida pelo sujeito. (Trivinos, 1987, p. 152).

Desenvolvida por meio de um roteiro de perguntas, que foram gravadas em áudio e aplicadas igualmente a todos os participantes. A gravação das entrevistas foi transcrita em outro momento e ficará guardada em um HD externo e/ou pendrive pelo período de cinco anos, após serão eliminadas. Em relação às entrevistas, as participações foram voluntárias e não remuneradas, no entanto aos que aceitaram participar foi necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndices C e D), sendo as entrevistas realizadas de forma presencial.

Assim sendo, participaram da pesquisa a equipe de AEE e os docentes do Ensino Médio Integrado ao Curso Técnico em Informática para a Internet, na Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul.

A análise dos dados foi realizada sob a perspectiva da triangulação, sendo que “a triangulação não é um método em si. É uma estratégia de pesquisa que se apoia em métodos científicos testados e consagrados, servindo e adequando-se a determinadas realidades, com fundamentos interdisciplinares” (Minayo *et al.*, 2001, p. 59).

Entre os tipos de tratamentos de dados, escolheu-se a triangulação, que, segundo os autores (Bruning; Godri; Takahashi, 2018), “serve para aumentar a compreensão sobre o tema, e também auxilia na validação científica da pesquisa”. De acordo com os autores, possibilita a utilização de diversas fontes de evidências, dialogando com a proposta de investigação que se objetiva aplicar.

Foram utilizadas diversas fontes para a obtenção dos dados, como entrevista semiestruturada, revisão bibliográfica e documental.

Neste sentido a primeira fase foi uma pré-análise, onde foram organizados os dados. Embora seja flexível, o trabalho será preciso, com procedimentos definidos.

A interpretação dos dados será feita por meio da inferência, pois,

Teoricamente, pode reenviar ou apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e receptor, enquanto pólos de inferência propriamente ditos. (Bardin, 1977, p. 133).

É importante compreender que, para o desenvolvimento da pesquisa, foi necessária uma série de estratégias para que se possa alcançar o objetivo proposto. Porém, é fundamental entender que,

Embora haja diferentes estratégias metodológicas neste tipo de investigação, todas têm o mesmo objetivo: compreender as relações, as visões e o julgamento dos diferentes atores sobre a intervenção na qual participam, entendendo que suas vivências e reações fazem parte da construção da intervenção e de seus resultados. Ou seja, acredita-se que exista uma relação dinâmica e inseparável entre o mundo real e a subjetividade dos participantes. (Minayo *et al.*, 2001, p. 59).

Aos profissionais da equipe de AEE e aos docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a internet que participaram voluntariamente desta pesquisa, este estudo apresentou riscos mínimos, como os de qualquer atividade rotineira. Desse modo, os possíveis riscos e desconfortos que a pesquisa poderia trazer aos participantes são o constrangimento de ser entrevistado, invasão de privacidade, divulgação de dados pessoais, discriminação e estigmatização a partir dos dados revelados, e possível desconforto do tempo disponibilizado para a realização da entrevista.

Para minimizar tais possíveis riscos, foram desenvolvidas as seguintes estratégias: para evitar algum constrangimento, as entrevistas foram realizadas em local reservado, sem a presença de outras pessoas do ambiente de trabalho, e os participantes puderam negar-se a responder alguma das perguntas que lhes causasse constrangimento.

Com relação à divulgação, os participantes foram identificados por um código, evitando assim quaisquer constrangimentos, respeitando completamente o anonimato, conforme o estabelecido na Orientação para Procedimento em Pesquisa com qualquer etapa em ambiente virtual, constante no Ofício Circular nº 002/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021. Com o término da



pesquisa, os arquivos digitais foram apagados. Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa (fotocópia dos questionários, gravador de voz, cartão de memória para gravador) não foram de responsabilidade dos participantes. Assim, quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código. Caso o participante não queira mais fazer parte da pesquisa, poderá desistir a qualquer momento, basta entrar em contato com a pesquisadora (por telefone ou e-mail).

É garantido à equipe de AEE e aos professores do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet participantes da pesquisa acesso a todos os resultados individuais e coletivos, diminuindo os desconfortos e garantindo liberdade para não responder a questões constrangedoras, garantindo a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio econômico ou financeiro, garantindo que os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no Termo de Consentimento e resultante de sua participação na pesquisa sejam indenizados pelos danos nos termos da Lei.

Salienta-se que a participação foi voluntária e não remunerada, isto é, a qualquer momento o participante poderia recusar-se a responder a qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Os benefícios relacionados à participação estão nas contribuições com a pesquisa e com a construção de conhecimento. Já com relação à pesquisa os benefícios são tanto educacionais quanto sociais pela fundamental relevância do tema. Cada participante recebeu um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o TCLE, que se encontra nos Apêndices C e D.

A construção do produto educacional, um material textual, um Caderno de Fatos e Relatos e/ou um infográfico, sobre as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas dos docentes do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet foi substituída por um site por entender que esse material digital é mais eficiente ao propósito.

Sua construção deu-se a partir dos dados coletados durante as entrevistas com os mesmos, e dos resultados obtidos pelas revisões literárias e documentais, possibilitando uma análise detalhada das informações por meio da triangulação de

dados, o que possibilitou a construção do produto educacional. Neste material digital organizou-se parte dos estudos desenvolvidos e da pesquisa realizada.

Para a finalização, foi enviado por e-mail o produto educacional aos participantes juntamente com um link de um questionário avaliativo para que pudessem avaliar o produto.

## 4 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

### 4.1 ORGANIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Trazendo a discussão dos resultados da pesquisa, apresenta-se a metodologia utilizada na análise dos dados obtidos. A análise dos dados será feita sob a perspectiva da triangulação, como estratégia para atingir os objetivos propostos, trazendo à pesquisa a confiabilidade e a estrita aplicação científica.

Os conceitos de triangulação são diversos para diferentes autores, variando a partir das suas abordagens epistemológicas e podendo assumir desde uma forma mais positivista, como no caso da proposta de Yin (2010), até formas mais qualitativas, como na proposta de Eisenhardt (1989) (Bruning; Godri; Takahashi, 2018, p. 279).

Dessa forma, por viabilizar diversos conceitos, a triangulação possibilita a compreensão do fato por vários ângulos, ou seja, por mais perspectivas. Nesse sentido, optou-se pela triangulação de dados a partir de entrevistas com profissionais do Atendimento Educacional Especializado, com os docentes da área básica e docentes da área técnicos, ainda que sejam da mesma carreira EBTT (ensino básico, técnico e tecnológico) do Ensino Médio Integrado do Curso Técnico em Informática para a Internet do Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul, fundamentando-se na revisão bibliográfica e documental. De acordo com os autores Bruning, Godri e Takahashi (2018), “a triangulação compõe a tarefa de investigar uma questão principal, na qual os dados e análises de cada ângulo coexistem trazendo à pesquisa a plenitude do fenômeno”.

Assim sendo, possibilita o confronto dos dados obtidos, evita o viés de uma única perspectiva e desenvolve um estudo por meio da abordagem qualitativa, levando em conta o conceito dos participantes. Portanto, para assegurar a transparência da pesquisa, utilizou-se a triangulação dos dados para o desenvolvimento da análise.

Tendo como base essas fundamentações, esta pesquisa objetiva conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica EPT do IFC, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de AEE às práticas pedagógicas dos professores do Ensino Médio Integrado (EMI) do Curso Técnico em Informática para a Internet que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-

aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Para proceder com a triangulação, os profissionais foram agrupados em três grupos distintos, sendo eles: o grupo dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado, com os docentes da área básica e docentes da área técnica. Abaixo apresentamos como iremos identificar os profissionais que aceitaram participar da pesquisa, de forma voluntária, e na sequência suas respectivas formações. Após se tem a apresentação da triangulação a partir das questões preestabelecidas.

Quadro 1 – Identificação dos profissionais

Área	Identificação	Grupo
AEE	AEE 1	Grupo1
AEE	AEE 2	Grupo1
Docente área básica	DB1	Grupo2
Docente área básica	DB2	Grupo2
Docente área básica	DB3	Grupo2
Docente área básica técnica	DT1	Grupo3
Docente área básica técnica	DT2	Grupo3

#### 4.2 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Esta pesquisa foi desenvolvida com profissionais da área da educação que atuam no Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul. Todos os profissionais contribuíram significativamente com as reflexões da pesquisa.

Quadro 2 – Características dos participantes

<b>Tendo em vista que possuem:</b>
Formação em Pedagogia, com habilitação em Educação Especial e Séries Iniciais, mestrado em Políticas Públicas, atua na área de Orientação Educacional há 28 anos, dedicando parte à instituição em que atua.
Formação em Psicologia, com uma segunda habilitação em Direito, atuando na área de Psicologia há 13 anos, e no Instituto há 10 anos, dedica-se principalmente a alunos com necessidades específicas no contexto educacional.
Licenciado em Matemática, trabalha como professor nesta disciplina, atuando na formação de professores e no ensino médio técnico integrado.
Graduação em Ciências Sociais, atua como professor de sociologia há 19 anos.
Doutor em Matemática, acumulando 60 anos de experiência na área, dos quais 10 anos são dedicados ao Instituto Federal Catarinense, sendo os outros 50 anos a outras instituições de ensino.
Formação em Sistema de Informática, doutorado em Ciências da Computação, atua como docente há 20 anos em cursos técnicos e superiores, sendo destes nove no IFC.

**Tendo em vista que possuem:**

Bacharel em Ciências da Computação, com especialização em Engenharia de Produção Inteligência Aplicada. Atua como docente no Ensino Básico Técnico Tecnológico (EBTT), sendo 27 anos de dedicação ao ensino, com passagem por diversas instituições anteriores à atual.

## 5 RESULTADO E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta os resultados e as discussões a partir da análise dos dados, subdividido em dois subcapítulos. O primeiro se organiza em torno da análise dos dados e está atrelado ao objetivo geral: Conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas de docentes do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

O segundo subcapítulo foi direcionado pelo objetivo específico: Elaborar o produto educacional, por meio do material textual: um infográfico, baseado nos dados que serão levantados e do conhecimento adquirido. Esse objetivo, com o caminhar da pesquisa, foi substituído por um material digital, um site, por acreditar-se que o mesmo, por sua dinâmica, seria mais oportuno para a finalidade pretendida.

### 5.1 ANÁLISE DOS DADOS TRIANGULAÇÃO

De acordo com o estabelecido anteriormente, este subcapítulo vincula-se ao objetivo geral: Conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado às práticas pedagógicas do docentes do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas. Assim, por meio da triangulação, foi possível sequenciar nosso objetivo de pesquisa para descobrir se as respostas do grupo 1 corroboram com as dos grupos 2 e 3. Na busca de responder ao problema de pesquisa, foram atribuídos títulos para o desenvolvimento da análise de dados.

Quadro 3 – Diversidade

<p><b>Ao perguntar "Você se sente preparado para lidar com a diversidade de alunos?", sendo grupo 1 participantes: AEE1, AEE2, grupo 2 participantes: DB1, DB2, DB3, grupo 3 participantes: DT1, DT2.</b></p>
<p>"A é meio subjetivo estar preparada, mas eu estudo bastante, né. Eu procuro estar sempre atualizada, é uma área da qual eu me dedico. Porque é a minha área de estudo mesmo na Educação Especial." (AEE 1).</p>
<p>"Aí, ainda não, eu acho que a cada ano que se passa por mais informações que a gente tem é sempre um desafio, né? Então não me sinto totalmente preparada." (AEE2).</p>
<p>"Ah, não. Acredito que ninguém esteja. Tá, minha formação, me formei ali em 2012, minha formação não teve aquele começo das libras ainda então acredito que teve uma deficiência desde, né". (DB1)</p>
<p>"Relativamente sim, porque eu busquei várias vezes durante a carreira me desenvolver nessa área." (DB2)</p>
<p>"Um pouco, não totalmente, né? Porque elas são Mutantes, né? A gente vai aprendendo à medida que essas diversidades vão acontecendo. Então eu acho que nunca se está preparado totalmente, né? Mas a gente vai se acostumando." (DB3)</p>
<p>"Não totalmente, não totalmente preparado porque tem muitas coisas específicas, mas o Instituto sempre tem dado suporte para a gente com uma formação básica." (DT1)</p>
<p>"Sim me sinto. Aqui Nós temos vários casos de alunos com TDAH, com autismo. E já tivemos alguns casos de alunos com baixa visão e também é, alunos surdo-mudo, vamos colocar assim talvez não seja, o termo é deficiência auditiva." (DT2)</p>

### Triangulação dos dados

#### Convergência/divergência entre os grupos

Todos os grupos (AEE, DB, DT) reconhecem a complexibilidade de lidar com a diversidade de alunos e a dificuldade de se sentir completamente preparado. Há um consenso que lidar com a diversidade necessita de aprendizado contínuo, constantes formações e adaptações. No entanto, divergem em sua autopercepção de preparação, pois enquanto alguns se sentem preparados, outros não.

Quadro 4 – Atendimento educacional especializado

<p><b>Procurando conhecer a percepção dos profissionais com relação ao Atendimento Educacional Especializado, objetivando contribuir na busca do objetivo da pesquisa apresentou-se a seguinte pergunta: "Como você define o Atendimento Educacional?". Obtendo enquanto respostas:</b></p>
<p>"Então o AEE é um serviço né, que se oferece aos estudantes [...]. As orientações aos professores. [...] sempre comprometido com criar condições para que os estudantes as pessoas com deficiência tenham garantido a acessibilidade curricular para que tenham não só o acesso, mas a permanência com sucesso na escola." (AEE1)</p>
<p>"Como um atendimento que busca viabilizar os estudantes que têm alguma necessidade específica, né? Os meios, as condições para que eles possam ter a</p>

<p><b>Procurando conhecer a percepção dos profissionais com relação ao Atendimento Educacional Especializado, objetivando contribuir na busca do objetivo da pesquisa apresentou-se a seguinte pergunta: “Como você define o Atendimento Educacional?”. Obtendo enquanto respostas:</b></p>
<p>garantia, o direito da aprendizagem e de manifestar a aprendizagem compreendida, né, [...] quanto à importância de se ver, a de se entender, né? A necessidade da gente incluir, todas as situações de alunos, e até de servidores que apresentam alguma condição específica.” (AEE2)</p>
<p>“Então, AEE aqui no instituto para mim, foi incrível, né. Eu conheci essa, essa inserção na nossa instituição. Porque não são todas as instituições de ensino que têm esse trabalho, essa demanda, esse pessoal capacitado para lidar com essas situações e nos ajudar nesses auxílios né, que a gente precisa poder entender e lidar com aquela realidade.” (DB1)</p>
<p>“É a tentativa de fazer adaptações pedagógicas e metodológicas para atender determinados indivíduos ou grupos de indivíduos que têm, perfis e características diferenciadas do ponto de vista da aprendizagem.” (DB2)</p>
<p>“Olha aqui no nosso Instituto. Ele é bem estruturado, tem vários alunos, né que tem necessidades especiais e a gente tem a lista deles todos semestres e depois nas matrículas eles comunicam, né?” (DB3)</p>
<p>“É se fosse pra colocar em uma palavra eu colocaria a palavra desafiador. É a questão principalmente para o professor, é que existem muitas especificidades e diferenças grandes entre elas e a gente tem que adaptar tanto aula quanto o plano de ensino e ainda atividades e a gente não tem muito horário orçado para isso e tem poucos profissionais para dar acompanhamento nesse momento da adaptação e a gente não não tem bem claro, como deve ser adaptado para cada um, o que se esperar e ainda entre cada especificidade tem níveis diferentes e cada aluno é um mundo diferente e reage diferente a adaptação que a gente faz. Então, às vezes a gente tem que adaptar por aluno.” (DT1)</p>
<p>“Olha como o coração da instituição nesse momento. Haja visto que há na informática que a área que a gente atua, ela é um atrativo muito forte para alunos com Autismo, TDAH. Então principalmente nos cursos técnicos a média que a gente tem é acima de cinco alunos por turma que tem a necessidade de algum atendimento especializado, não necessariamente durante a aula, mas de acompanhamento de preparação de materiais.” (DT2)</p>

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

O grupo do AEE traz uma visão abrangente e técnica do AEE, alinhando-se com as experiências práticas relatadas pelos grupos DB e DT. Em ambos os casos, há reconhecimento da importância do AEE na adaptação curricular e suporte à inclusão, porém os grupos DB e DT enfatizam as dificuldades operacionais e os desafios encontrados no dia a dia para o desenvolvimento do aprendizado. Portanto, observa-se que o AEE é valorizado pelos profissionais, no entanto os desafios operacionais ainda são uma questão significativa para os grupos 2 e 3, que parecem necessitar de informações mais precisas que o grupo 1 pode disponibilizar.



Ficando evidente na fala de DT2:

*Então principalmente nos cursos técnicos a média que a gente tem é acima de cinco alunos por turma que tem a necessidade de algum atendimento especializado, não necessariamente durante a aula, mas de acompanhamento de preparação de materiais. Então a gente teve um aluno aí que ele evoluiu muito desde que ele entrou aqui no Instituto [...].*

Embora sejam reconhecidos os desafios, DT2 menciona casos de sucesso, em que o apoio do AEE possibilitou o avanço significativo dos alunos, demonstrando que quando há uma orientação eficiente, os resultados alcançados são positivos, reforçando a expectativa de que o grupo AEE seja capaz de atuar como fonte integrada de estratégias e soluções.

#### Quadro 5 – Eliminando ou minimizando barreiras

**A educação Inclusiva procura trabalhar de modo a eliminar ou minimizar barreiras auxiliando os estudantes no processo de aprendizagem. Hoje para você trabalhar de modo inclusivo qual é a maior dificuldade que você encontra?**

“[...] Cada um tem uma forma de aprender e quando os processos estão muito é linear nossos processos de ensino e aprendizagem, eles são muito lineares, muito homogêneo, ele não atende essa diversidade de aprendizagem, né. [...] Existem diferentes formas de ensinar justamente porque existem diferentes maneiras pelas quais nós né, seres humanos as pessoas aprendem. [...] Então esse é um alta complexidade, né a forma como são conduzidos os processos de aprendizagem porque ensinar é muito fácil, né. [...]” (AEE1).

“A maior dificuldade que eu encontro aqui eu acredito que são as barreiras, é as barreiras mais de cunho atitudinal, por desconhecimento, por preconceito. E existe algum, algumas pessoas, alguns profissionais. Enfim que acolhem né entendem a proposta e existem aqueles que fazem, mas que ainda fazem com uma certa resistência, né? Então eu diria que esse seria o nosso maior desafio, entendeu?” (AEE2).

“Então inclusão de uma forma incluir assim, eu acredito que nenhuma instituição hoje faça tá de verdade, por mais que tenha pessoas querendo promover, porque é difícil, né. [...]. Mas estamos num caminho que pelo menos, estamos pensando sobre isso problematizando e buscando soluções que estejam ao nosso, ao nosso alcance.” (DB1)

“A maior dificuldade, a principal dificuldade é ter tempo para preparar as metodologias alternativas para as diferentes necessidades, porque a gente tá como professor em sala de aula quase sempre sozinho, então a gente tem as turmas de 30 e 35 alunos, muitas vezes, você não tem o tempo necessário [...]” (DB2)

“É principalmente né? A gente sabe como tá com ele, né? A gente tem medo de ser honesto demais com aluno que ele pode se constranger, né? E por outro lado a gente se não fizer nada e trata-lo como se fosse um comum, né? Também é outra maneira de constranger. Então a gente procura, né? De preferência eu falo com eles individualmente, né?” (DB3).

**A educação Inclusiva procura trabalhar de modo a eliminar ou minimizar barreiras auxiliando os estudantes no processo de aprendizagem. Hoje para você trabalhar de modo inclusivo qual é a maior dificuldade que você encontra?**

“Eu acho que a nossa forma de ensino não é inclusiva em sua concepção, né? Ela é focada mais em imagens, e em uma forma de aprendizado onde a aula expositiva e num grupo grande de alunos, isso é problemático para algumas especificidades que precisam de menos barulhos e uma forma diferente de aquisição do conhecimento, mas é o como evoluiu a educação no nosso sistema e a partir disso a gente tenta adaptar, mais a gente tem às vezes um ou dois específicos e o resto dos 36 da turma que a gente tem que atender de uma maneira genérica.” (DT1).

“Olha a gente teve dificuldade apenas com um aluno porque ele não era alfabetizado em português, ele foi totalmente Alfabetizado em Libras, até o nono ano. E aí ele chegou aqui faltava essa interface.” (DT2).

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

De forma geral, os grupos identificam desafios na adaptação do ensino e na preparação do docente. Além das faltas de recurso, de tempo para planejamento, de metodologias mais específicas, assim como barreiras atitudinais como preconceito e resistência, e também as próprias barreiras do sistema educacional às dificuldades estruturais.

Já AEE1 apresenta uma visão mais abrangente, sugerindo uma transformação estrutural no processo de aprendizagem, enquanto AEE2 e DT1 abordam mais diretamente as divergências e resistências. O grupo 2 apresenta preocupações mais operacionais e práticas, como a falta de tempo e espaço para desenvolver métodos diferenciados, ou seja, o desenvolvimento de adaptações.

Assim podemos observar que o grupo 1 tende a corroborar com os grupos 2 e 3 em vários aspectos, principalmente com relação a adaptações pedagógicas e às resistências dentro da instituição. Porém, no grupo 1, o elemento AEE1 apresenta uma perspectiva crítica e intensa com relação à necessidade de uma transformação na concepção educacional, enquanto os grupos 2 e 3 (DB1, DB2, DB3 e DT1, DT2) estão mais voltados às questões de dificuldades práticas e cotidianas.

Quadro 6 – Desafios da articulação

<p><b>Buscando conhecer sobre o processo de articulação entre a Equipe de atendimento educacional especializado e os docentes, e assim refletir sobre as práticas pedagógicas, visando alcançar o objetivo da pesquisa, realizou-se o seguinte questionamento: “Como ocorre a articulação entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes?”</b></p>
<p>“Se faz muito por e-mail, né para agilizar os procedimentos. [...] Mas todo dia tem demandas, todo dia você tem uma uma, um diálogo com os professores ou então por e-mail né, a gente usa muita questão da orientação por e-mail, mas o contato é praticamente diário, né. Porque as coisas acontecem o tempo todo, é claro que nós não temos, o professor não está disponível todo dia para a gente ir lá fazer uma intervenção, né.” (AEE1)</p>
<p>“É sempre que há necessidade a gente realiza reuniões presenciais ou através de trocas de e-mails, porque a gente também tem muita dificuldade para achar horários de reuniões, né? [...] A maioria das orientações às vezes acontecem em conversas individuais de um membro da equipe do AEE, e com orientações via e-mail, trocas de e-mails.” (AEE2).</p>
<p>“Minha vivência lá do outro campus, é a gente tinha umas reuniões, né iniciais no ano para a gente conhecer os alunos, né. [...]. E aí depois vinham surgindo, né as demandas que a gente ia lá e conversava, né. E também depende do professor pra professora, eu vivia lá dentro, né?” (DB1).</p>
<p>“A gente normalmente recebe certos pareceres da equipe, que faz os pareceres que os alunos que fazem aquela avaliação diagnóstico no início do ano. [...]. Então acontecem reuniões pedagógicas, nos conselhos de Classe a equipe sempre está presente e normalmente quando acontece alguma situação ou de falta ou de presença ou de falta de atenção ou de desmotivação, eu mesmo acabo procurando a equipe [...]” (DB2).</p>
<p>“[...] Normalmente eles mandam todo começo de semestre a lista dos alunos, inclusive dando detalhes, né? Porque os alunos passam por uma equipe, né? Que avaliam essa situação, eles dizem tal alunos têm essa dificuldade, o outro tem essa dificuldade. [...]” (DB3).</p>
<p>“Aqui no IFC em específico a gente tem sempre algumas formações uma vez por semestre. Existiu o contato por e-mail e também durante os conselhos de classe. Ela é bem presente, cada situação específica que acontece também eles entram em contato quando alguma situação específica com alguns alunos se desenrola.” (DT1).</p>
<p>“Bom, primeiro a gente recebe um e-mail, que comunica que o aluno ‘A, B ou C’ e a situação de cada um deles. [...] Eu normalmente faço da seguinte maneira. Eu leio o que eles me mandam, converso com o aluno e vejo se ele tem dificuldade ou não, se eu sentir que eu preciso eu desço até o andar térreo onde está o AEE e converso com o pessoal.” (DT2).</p>

### Triangulação dos dados

#### Convergência/divergência entre os grupos

Os três grupos demonstram que a articulação acontece de maneira flexível e adaptativa por meio de e-mail e diálogos, e periodicamente também por reuniões coletivas. Existe o consenso sobre a importância das estratégias serem ajustadas de

acordo com a necessidade específica dos alunos, e da necessidade da interação entre docente e o atendimento educacional especializado.

A principal divergência está no grau de formalidade e frequência das reuniões, enquanto o grupo AEE parece ter uma estrutura mais dinâmica e natural, em contrapartida o grupo DB e DT sinalizam momentos específicos de formação e planejamento, porém apontam dificuldades na realização de reuniões regulares.

#### Quadro 7 – Auxílios

<b>Na intencionalidade de conhecer um pouco mais sobre os apoios requisitados e os ofertados, realizou-se a pergunta: Quais são os auxílios que os docentes buscam no Atendimento Educacional Especializado?</b>
“Então é meio, é um organismo vivo né, acontece o tempo todo e, mas basicamente é essa organização, né. Os professores vindos até a equipe do AEE, a equipe do AEE indo até os professores para fazer o que se pode dentro do que se tem de informação que tem de compreensão do caso, isso é o tempo, né. Não é uma coisa que acontece uma vez por semestre, trimestre não, é o tempo todo isso.” (AEE 1).
“[...] eu acho que são mais estratégias quanto às metodologias de ensino, as questões relacionadas à avaliação, as adaptações de avaliações, né? Acho que seriam essas as principais, e os principais auxílios que eles pedem.” (AEE2).
“Eu não gosto de entender as limitações, porque eu acredito que a gente não tem que né? Ver limites e sim fazer né? Ele, ele fluir, né? Mas pelo menos entender as possibilidades dele, né? [...] daí muitas vezes eu perguntava: será que se eu levar uma certa atividade ou será que seu eu estimular mais a questão do raciocínio lógico, né? E aí eu sempre tinha esse feedback, né?” (DB1).
“De minha parte eu busco bastante em saber o perfil daquele estudante a partir dos instrumentos de avaliação que os profissionais têm. Pra mim essa é a maior contribuição. [...] Porque me parece que muitas vezes a questão afetiva impacta bastante né, nos graus diferenciados aí de atendimento, [...]” (DB2).
“É eu quando tenho dúvida eu falo com a parte da pedagogia, né? Falo com eles: Oh, tem um aluno que eu não tinha encontrado, né? Todo esse tempo de experiência, não tinha encontrado. [...]. Nós temos uma equipe de pedagogia aqui, né? Pessoal que trata com esses assuntos de alunos e a gente fala com eles, o que que sugere? Às vezes o próprio aluno diz a dificuldade, né? Então eu falo muito com o aluno ou com a equipe de pedagogia mesmo.” (DB3).
“Principalmente como fazer adaptação, né? E às vezes alguns conselhos e suporte quando essa adaptação não funciona. Porque tem casos que são um pouco além, eu acho sabe de uma adaptação envolve medicação e outras coisas.” (DT1).
“[...] O que eu busco é orientação, de como proceder, como melhorar a didática, interação com esse aluno. Porque cada caso é um caso, [...]” (DT2).

#### **Triangulação dos dados**

##### **Convergência/divergência entre os grupos**

Enquanto o grupo 1 apresenta uma visão bem definida do papel do AEE, destacando a personalização do ensino e a mediação contínua. Os grupos 2 e 3

externam uma abordagem mais prática e organizacional com foco na metodologia, na avaliação e nas adaptações.

Fica evidente que o grupo DB apresenta maior preocupação com o contexto afetivo e com a personalização do processo de aprendizagem. No entanto, o grupo DT está mais voltado a adaptar a prática didática para estudantes com necessidades específicas.

Assim, apresentam uma convergência na busca por estratégias de adaptações e com relação à compreensão do perfil do estudante. Porém, divergem com relação à ênfase que é dada ao processo, pois está diretamente relacionada a suas vivências.

#### Quadro 8 – Expectativas

<b>Buscando conhecer expectativas e anseios questionou-se: Em sua opinião o que os docentes esperam do Atendimento Educacional Especializado?</b>
“É um tanto complexa. Porque não dá para dizer que é uma relação harmoniosa, né. Existem diferenças de opinião, né de perspectiva, é preciso um cuidado muito grande para que o professor não acha que a gente está dizendo que ele tem que fazer, né. [...]. E infelizmente o professor ainda espera que o AEE tenha uma receita, que dê certo para cada estudante que é apontado né, pelo atendimento educacional especializado. Não vou dizer que é uma forma, não dá para generalizar, mas ainda há uma maioria tem essa expectativa de que o professor, de que o AEE, de que o professor do AEE a equipe enfim. Ah! diga é assim que você tem que fazer, essa é o formato e deu certo para esse vai dar pro outro.” (AEE1).
“É, então acho que eles esperam a orientação, o apoio, às vezes eu acho que é uma confusão de papéis quanto ao que eles esperam da gente, né? Que a gente faça coisas que, que na verdade compete a eles fazerem e não ao atendimento educacional especializado uma transferência, né? Enfim, eu acho que é isso.” (AEE 2).
“É eu espero conhecimento assim, né? [...]. Então a gente consegue essa articulação nessa, nessas possibilidades de eu levar e ter esse auxílio essa segurança, ao mesmo tempo deles me falarem também possibilidades, né? Coisas, de coisas que eu não vejo eles veem, né? E aí eu acho que essa parceria é fundamental.” (DB1).
“[...] É isso que espera desses atendimentos especializados, né? Que as barreiras existentes na relação entre alunos, alunos e professor, alunos e direção, né? Alunos e colegas, né? Sejam quebradas.” (DB3).
“Eu acho que eles esperam mais suporte, né? Porque eventualmente eu tenho um terror assim do: Ah! tem que fazer isso, tem que fazer aqui, porque a lei isso, a lei aquilo, mas nem sempre a gente sabe, né? Como fazer. E daí o atendimento tem dado esse suporte, né? Mas como eu falei são poucas pessoas, às vezes precisava de um suporte maior e manuais de formas de abordagem que são específicas e talvez eles não tenham tempo para isso.” (DT1).
“Eu esperava apoio e orientação, e também conversar com os alunos. Às vezes é necessário isso, eles fazem conversas com os alunos para orientar o aluno também como distribuir melhor o tempo de estudo dele, como organizar as atividades, né?” (DT2).

**Buscando conhecer expectativas e anseios questionou-se: Em sua opinião o que os docentes esperam do Atendimento Educacional Especializado?**

“É eu espero conhecimento assim, né? [...]. Então a gente consegue essa articulação nessa, nessas possibilidades de eu levar e ter esse auxílio essa segurança, ao mesmo tempo deles me falarem também possibilidades, né? Coisas, de coisas que eu não vejo eles veem, né? E aí eu acho que essa parceria é fundamental.” (DB1).

**Triangulação dos dados**

**Convergência/divergência entre os grupos**

Observa-se uma convergência com relação à importância de ter o AEE e seus atendimentos, como também sobre a necessidade de maior segurança e conhecimento para lidar com as necessidades dos estudantes. No entanto, divergem com relação às expectativas, pois o grupo 1 aponta que muitos professores esperam uma solução pronta, o que demonstra uma compreensão limitada do papel do AEE. Já os grupos 2 e 3 buscam por apoio mais direcionado, com orientações sobre específicos perfis de adaptação curricular e organização dos estudantes.

**Quadro 9 – Disponibiliza**

**Além da procura existe também a oferta, por este motivo foi questionado aos entrevistados: O que o Atendimento Educacional Especializado oferece aos docentes?**

“[...] Professor começa a pensar: tá mas como isso se dá né. Aí ele vem até o AEE. Tá aí se ele não aprende dessa forma, como é que eu vou ensinar? Só que eu não posso dizer o processo, eu não tenho condições como professora do AEE, como pedagogo e dizer: professor, é assim que se você tem que fazer. É ele quem tem dentro do conhecimento que ele tem da sua área, pensar em outras possibilidades para ensinar. E isso demanda tempo, né? Alguns conseguem, outros nunca vão conseguir.” (AEE1).

“Oferece ao meu ver, né? Pelo que eu percebo aqui enquanto trabalho em equipe é, as orientações, o apoio né? Um trabalho mais de parceria mesmo com eles buscando orientar cada caso.” (AEE2).

“E esse é um canal de comunicação, né? A gente tá ali, e é de apoio, né? Pros ambos os lados né? Eu acredito que seja isso.” (DB1).

“Oferece esse diagnóstico e oferece o tempo deles com as várias ferramentas avaliativas metodológicas que contribuem para, digamos frequentemente nós temos cursos, né? Palestras que fala sobre isso. [...] Essas palestras e gente tem a chance de escutar alguém especializado na área e a gente fazer perguntas, tirar dúvidas, citar casos, isso é fornecido, eu gosto muito disso.” (DB3).

“E daí o atendimento tem dado esse suporte, né? Mas como eu falei são poucas pessoas, às vezes precisava de um suporte maior e manuais de formas de abordagem que são específicas e talvez eles não tenham tempo para isso.” (DT1).

“Eles oferecem, um diagnóstico inicial do aluno, né? Analisam etc. e tal. Nos mandam um resumo, se não nós temos que ler toda aquela, e dão dicas de

**Além da procura existe também a oferta, por este motivo foi questionado aos entrevistados: O que o Atendimento Educacional Especializado oferece aos docentes?**

orientação de como proceder com aluno.” (DT2).

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

Os grupos convergem sobre o valor do suporte do AEE, entretanto divergem com relação à forma como este suporte é percebido e utilizado. O grupo 1 ressalta a frustração pelas expectativas de soluções prontas. Enquanto o grupo 2 destaca as ferramentas disponibilizadas, o grupo 3 reconhece que o AEE enfrenta limitações de tempo e recursos humanos.

#### Quadro 10 – Flexibilização

**As estratégias diferenciadas são necessárias para envolver o maior número possível de estudantes nas aulas, proporcionando assim o desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, buscando alcançar os objetivos da pesquisa, perguntou-se aos entrevistados: São feitas sugestões de flexibilização de conteúdo programático?**

“Eu entendo que não são sugestões, mas se o professor vem até o AEE, e busca discutir, né. [...]. Geralmente pelo menos um princípio que eu entendo e da forma como eu trabalho é isso, o professor tem que vir né, e com a ideia de que é possível flexibilizar, e o que, que flexibilização é essa, e que conteúdo é esse? Aquela coisa bem pontual que está ali, né. [...]. Essa demanda de conteúdo de flexibilização, tem que vir do professor. Então, se vai ser viável é o professor também que vai decidir, porque é ele que traz isso, né.” (AEE1).

“São, são. É tanto de para flexibilizar. Eu não sei, não são em todos os casos, só quando se faz necessário, né? Mas de flexibilização de conteúdos, de flexibilização da, das próprias, dos próprios instrumentos, né metodológicos, avaliativos a gente orientar quanto a isso sim.” (AEE2).

“Então depende da neuro divergência, depende dos laudos, né? Então a gente hoje no IFC, a gente tem emissão de certificados com algumas demandas, né? Algumas adaptações então acredito que sim, né? A gente tem bastante esse, essa adaptação curricular.” (DB1).

“Sim, tanto por parte dos professores que já têm um pouco dessa preparação de fazer essa, adaptação que a gente chama né, algumas vezes adaptação curricular, aparece como flexibilização né, para vocês. E a equipe de atendimento sempre faz isso.” (DB2).

“São, realmente são. Pro professor, professora é meio complicado isso, né? Porque ele tenta tratar todos como iguais, mas realmente tem alunos que não se adequa, né? Adequadamente, né para o padrão das aulas, né? Então a gente tenta trabalhar especialmente, né para cada um.” (DB3).

“Não, sugestões não. Se indica que se deve flexibilizar, mas não tem sugestão de como flexibilizar. É às vezes a gente traz algumas sugestões são discutidas, né? Mas meio é tipo tem que flexibilidade de algum jeito aí e veja a melhor forma. [...].

**As estratégias diferenciadas são necessárias para envolver o maior número possível de estudantes nas aulas, proporcionando assim o desenvolvimento da aprendizagem. Nesse sentido, buscando alcançar os objetivos da pesquisa, perguntou-se aos entrevistados: São feitas sugestões de flexibilização de conteúdo programático?**

De uma maneira geral, a gente faz assim tentativa e erro, e não tem muito protocolo estabelecido ou práticas ou um manual assim.” (DT1).

“Não em termos de conteúdo não, a metodologia.” (DT2).

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

Os grupos apresentam uma convergência relacionada à autonomia do professor. Tanto o grupo 1, e principalmente AEE1, quanto o grupo 3 admitem que a decisão da flexibilização cabe ao professor da disciplina, podendo ser auxiliada pelo AEE, porém de iniciativa e execução do docente. Ainda relacionado à flexibilização, todos os grupos acordam que essa deve acontecer sempre que houver uma necessidade do aluno.

No entanto, divergem com relação ao papel da equipe de Atendimento Educacional Especializado, pois o AEE1 menciona que o Atendimento Educacional Especializado não deve oferecer flexibilizações, no entanto DB2 afirma que participa ativamente sugerindo adaptações. Existe também uma divergência com relação ao suporte oferecido pelo AEE, para o grupo 3, DT1 e DT2 expõem que não há uma diretriz clara para o docente e o processo é conduzido por tentativas e erros.

#### Quadro 11 – Sugestões

**Ainda com relação à flexibilização buscou-se saber a viabilidade das mesmas, para isso foi realizado aos entrevistados a seguinte questão: Ao receber sugestões de flexibilização de conteúdos essas são viáveis?**

“Não são feitas sugestões.” (AEE1).

“É complicado, assim porque é complicado até para gente enquanto equipe. [...] Eu muitas vezes me peguei já pensando como flexibilizar toda essa complexidade, né? Então tem coisas que enquanto equipe a gente fica até limitada em sugerir, né? Como eu disse, para o núcleo básico é muito mais fácil e muito mais palpável essa flexibilização, para o núcleo do ensino técnico, não é que não seja possível, acredito que é possível sim, mas a gente precisa entender bem a matéria. O professor precisa estar muito consciente do que ele precisa oferecer para aquele aluno para que a gente tenha as vias de flexibilizar. É bem desafiante.” (AEE2).

“Olha eu acredito que sim porque é feito todo um estudo, né? Com AEE, com os professores, com o núcleo do NDE, né? Enfim, os núcleos de professores e eles chegam no consenso né? Da questão do das possibilidades, né? Enfim do que essa aluna essa, essa acadêmica, né? Enfim, porque são vários níveis também de educação, né? E aí são feitas, né demandas ali que que atendam.” (DB1).



**Ainda com relação à flexibilização buscou-se saber a viabilidade das mesmas, para isso foi realizado aos entrevistados a seguinte questão: Ao receber sugestões de flexibilização de conteúdos essas são viáveis?**

“No meu caso, sim. Até porque eu sempre dialoguei com a equipe de até onde que eu pretendo ir, até onde que os conceitos específicos da disciplina precisam ir com os estudantes. Então de minha parte sempre foram viáveis, nenhum deles foi fora das possibilidades. Talvez por eu conhecer um pouco, ter alguma formação também é, nessa área, né. Então, acredito que as minhas proposições também estavam mais adequadas às sugestões da equipe.” (DB2).

“São, realmente são.” (DB3).

“A gente às vezes não recebe né? A gente é um pouco cobrado, só. Tem que flexibilizar porque o aluno tem laudo e tem que dar um jeito. No final se converte um pouco para tem que passar o aluno, né?” (DT1).

“Da metodologia para recuperar este conteúdo. [...] O conteúdo ele é padrão para todos não tem não há necessidade.” (DT2).

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

As falas destacam a importância da metodologia flexível, evidenciando que o foco não está na adaptação do conteúdo, mas sim em adaptar a maneira de ensiná-lo, podendo ser observada essa convergência na fala dos grupos 2 e 3, a equidade no acesso à educação está atrelada às boas estratégias capazes de proporcionar ao estudante o desenvolvimento de sua aprendizagem e a aquisição do conhecimento.

Entretanto, divergem do grupo 1, que acredita que essas estratégias são para si um grande desafio, porém para os grupos 2 e 3 fica claro que as flexibilizações deveriam atender também ao que se ensina e não apenas ao como se ensina, pois deveriam ser criadas estratégias mais diretas para atender a estudantes deficientes e/ou com necessidades específicas.

#### **Quadro 12 – Serviço especializado**

**No intuito de conhecer a visão dos profissionais sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), questionou-se: Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?**

“Essa profissionalização que está sendo dada para que ele vá atuar. Para que ele tenha autonomia, para ir para o seu próprio sustento né, de atuar no mundo do trabalho, de ter uma profissão. Então o AEE ele tem uma grande responsabilidade sobre isso, né. Ele, o tempo isso tem que estar permeado também nas orientações, que se fazem nas discussões, nos diálogos que se trata com os professores de cada disciplina.” (AEE 1).

“[...] A gente aqui acaba trabalhando de forma conjunta pensando não só na questão do ensino médio como também do ensino técnico, porque o curso em si já é integrado, né? Então eu acredito que as nossas ações já vão ao encontro dessa

<p><b>No intuito de conhecer a visão dos profissionais sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), questionou-se: Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?</b></p>
<p>questão do da formação para essa para educação profissional para atuação profissional dele lá fora, né?” (AEE2).</p>
<p>“É que daí a gente tá falando da nossa AEE, né? Aqui todo o Instituto Federal. E aí como eu falei, né? Eu enxergo ela como papel de comunicação, né? Tanto comunicação com aluno, com professor, né? Nesse sentido de comunicação e apoio né?” (DB1).</p>
<p>“Então eu acho que essa é uma enorme de uma problemática que a EPT precisa resolver, que é formar um profissional que tenha todos esses tipos de características específicas, né. Então a gente precisa entender que um profissional que vai sair formado como técnico, tecnólogo mesmo em algum curso superior, ele pode ser um ótimo profissional dentro das suas especificidades. [...] Então acho que esse é, esse é um desafio que a EPT precisa que é de incorporar realmente uma necessidade uma exigência do mundo que é ter a educação especializada disponível para todos em todo momento. [...]” (DB2).</p>
<p>“Então a tecnológica não é bem minha praia, entendi. Então eu não sei como é que as pessoas por exemplo de oficinas trabalho, realmente não sei né?” (DB3).</p>
<p>“O atendimento eu acho que ele tem que dar suporte ao aluno para eles desenvolver essas capacidades de aprendizagem e dá suporte ao professor para ele melhorar seus artefatos e a forma de seu ensino né [...]. Eu acho que o AEE é isso, dar suporte para o aluno e para o professor, mas também tem que conseguir cobrar o aluno, né? Hoje em dia cobra mais professor, no sentido: vamos passar ele pra não dar nem um rolo e o deu.” (DT1).</p>
<p>“Ele é fundamental esse papel, sem essa equipe esses alunos não teriam o mesmo, grau de sucesso por assim dizer. Então se você não tiver uma, uma equipe especializada pra juntamente com os professores descobriram os caminhos, é vai ser praticamente impossível de vocês, melhorar o grau de sucesso desse aluno em qualquer instituição.” (DT2).</p>

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

Os grupos convergem no entendimento da importância do AEE na formação do estudante para o mundo do trabalho, fazendo as adaptações necessárias aos estudantes com deficiência. Os grupos 2 e 3 reconhecem o apoio do AEE em suas práticas. Como também todos os grupos admitem a necessidade e a importância da adaptação para que os estudantes com deficiência possam ter participação plena no processo de aprendizagem. Divergem no sentido de que o atendimento se demonstra mais preocupado com a inserção do estudante no mercado de trabalho, enquanto os profissionais dos grupos 2 e 3 (DB1, DB2, BD3 e DT1, DT2) estão mais preocupados com as adaptações e as flexibilizações para garantir o processo de aprendizado desses estudantes.

Quadro 13 – Práticas e articulações

**As práticas e articulações são importantes para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes? Assim analisando a pesquisa encontrou-se:**

“[...] a equipe do AEE, realmente como uma equipe que está lá pra fazer essa troca né, sustentar algumas práticas, e outras né: flexibilização curricular, de adaptação, de momentos diversos, na forma como as aulas se apresentam né, no trato né, entre o professor e aluno, como lidar com essa diversidade que se apresenta os comportamentos que às vezes se tornam muito complexos, né. [...] revisão cada nome de estudante ali, [...] para ver se as coisas assim, não passou ninguém que não está tendo esse atendimento. Então as coisas acontecem o tempo todo, é claro que não vamos dizer que a gente tem todos os professores o tempo todo nesse diálogo, né. Como eu já disse, não é tão simples assim né, há as resistências, mas de uma forma geral é isso, né. Os professores né a gente demanda no primeiro momento o atendimento educacional especializado cada situação que chega né, orienta esses professores, apresentam né os casos, a gente faz o estudo de caso para os professores, a partir desse estudo de caso já fazem orientação. E aí ao longo do ano letivo, é preciso essas trocas constantes para, porque isso acontece o tempo todo né. Não é um momento distante, nós estamos falando de gente, né. Então é meio, é um organismo vivo né, acontece o tempo todo e, mas basicamente é essa organização, né. Os professores vindos até a equipe, do AEE, a equipe do AEE indo até os professores para fazer o que se pode dentro do que se tem de informação que tem de compreensão do caso, isso é o tempo, né. Não é uma coisa que acontece uma vez por semestre, trimestre, não é o tempo todo isso [...]. Porque o professor tá naquele ali e ele ainda não faz tanto aquele movimento assim de personalizar aquele processo de aprendizagem do estudante que está em atendimento pelo AEE, e aí a gente faz mais esse movimento realmente de dizer, apontar caminhos para fazer mais essa personalização para atender essa condição específica da aprendizagem desse estudante.” (AEE1).

“Também eu vejo o atendimento educacional especializado como uma modalidade de atendimento que acaba tendo o viés de sensibilizar, de orientar, né? Estudantes e aqui dentro servidores quanto à importância de se ver, a de se entender, né? A necessidade da gente incluir, todas as situações de alunos, e até de servidores que apresentam alguma condição específica.” (AEE2).

“Porque a gente trabalha numa dedicação exclusiva então, se você pensar nem tempo fora nós teríamos para poder procurar essa ajuda, né. E aí o que a gente faz é tentar o máximo entender o que nos está dentro da sala de aula, então o que acontece é que a gente só pensa na situação quando elas nos é apresentada. Então já tá ali acontecendo e a gente se vira para poder lidar com isso, né. E aí tem também das formas que a gente lida com isso, né? Porque vai muito de professor para professor. [...] Novamente, né. Minha vivência lá do outro campus, é a gente tinha umas reuniões, né iniciais no ano para a gente conhecer os alunos, né. No sentido deles nos passarem, como é que era cada laudo, né. Porque tem as minúcias ali de cada um né.” (DB1).

“Oferece esse diagnóstico e oferece o tempo deles com as várias ferramentas avaliativas metodológicas que contribuem para, digamos assim, um arsenal pedagógico do professor. Então, eles estão sempre dispostos, disponíveis ali e marcar com a gente para oferecer essas outras várias possibilidades de avaliação, de metodologias ativas, de busca de compreensão da situação mais ampla do

**As práticas e articulações são importantes para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes? Assim analisando a pesquisa encontrou-se:**

estudante, não só aquela medicalizada né. Então é bem interessante essa visão do AEE aqui pra nós. [...] A gente faz presencialmente mesmo em conversas, reuniões, a gente marcar o horário, aqui na escola a gente ainda tem alguns horários vagos, né. A gente tem a nossa, o que alguns chamam de hora atividade a gente chama que de manutenção de ensino que a gente pode fazer essa articulação com as assessorias, marcar reuniões mesmo.” (DB2).

“[...] São aulas fazer exercícios, de escutar um assunto novo, né? Treinar com muito exercício, fazer perguntas e respostas, reuniões. Eu costumo fazer também tipos de gincanas, né? E esse aluno faz parte de uma equipe, né? Costumo fazer com três equipes onde uma faz perguntas para as outras duas equipes e vai fazendo rodízio. Então eu trato desse jeito. [...]” (DB3).

“De uma maneira geral, a gente faz assim tentativa e erro, e não tem muito protocolo estabelecido ou práticas ou um manual assim. [...], mas a gente tenta flexibilizar principalmente avaliação. O conteúdo a gente tenta fazer uma, por exemplo, eu: eu tenho que trazer material complementar, vídeos, outras leituras. [...] Talvez se a gente tivesse tempo para isso, né? Orçado, no nosso orçamento de horas semanais a gente pudesse preparar o material mandar para alguma equipe que avaliar ver se tá de acordo, o que que poderia melhorar e a gente melhorava. É, mas são dois problemas, não tem essa equipe que faça isso e a gente não tem esse tempo, a gente tem o tempo bem justo só para preparar a aula que a gente dá e pronto e não tem tempo a mais para flexibilizar né? Você tem que fazer no seu horário, horário de descanso, se você se propôs, se você se propuser. Esse é um entrave, né? Nem todo mundo se propõe assim.” (DT1).

“[...] o tem alguns alunos que são mais visuais aí você tem que usar mais imagens, mais gráficos para aqueles entendam o que que tá acontecendo e não tanto texto. Tem alunos que têm a dificuldade se você der o tema aberto não sai nada sai muito ruim, só que se você tiver passos estabelecidos, orienta ele sai trabalho muito bom. [...] metodologia que a gente criou na área de empreendedorismo. Que é primeiro mostrar modelos de empresa. [...] E o que que a gente vai lá buscar nessa empresa, como é que é o modelo de negócio deles? Como é que a estrutura da empresa? Como é que isso foi criado? Etc. e tal, para que eles possam desenvolver uma ideia de negócio. Então nós usamos o Canva Business plan, que é uma tabela A3 com 9 quadradinhos, você vai preenchendo as coisas e o legal eu consegui uma versão onde ela tem perguntas dentro. [...] Você vai ver que isso ajuda muito o aluno a desenvolver, tanto os que têm dificuldade, como os que não têm, não teriam ‘Dificuldades’, mas você tem as dicas ali dentro e isso ajuda muito e também a gente faz que recomendação de alguns filmes pra que eles assistam.” (DT2).

### **Triangulação dos dados**

#### **Convergência/divergência entre os grupos**

De acordo com o grupo do AEE, existem interações contínuas com os docentes, constituindo-se como um serviço fundamental para orientar tanto professores como alunos, estabelecendo-se como uma ponte onde os estudos de casos frequentes contribuem para os desenvolvimentos das práticas pedagógicas.

No entanto, para o grupo DB, também existe essa interação com o AEE, porém de forma mais pontual, pois relatam reuniões no início do ano para compartilhar informações sobre os alunos. Destacam a disponibilização de metodologias e avaliações ofertadas pelo AEE. No entanto, afirmam que essas reuniões ocorrem em momentos específicos, como no início do ano ou em alguma data agendada e não contínua, havendo assim uma estrutura de suporte, mas não o suficiente quanto ao esperado.

Já o grupo DB apresenta uma relação mais frágil com o AEE, relatando a falta de tempo e a ausência de um padrão para essas articulações, pois DT1 relata sobre a necessidade de as adaptações estarem ligadas ao tempo do professor, esse mesmo tempo de disponibilidade que não lhe é suficiente para as atividades exigidas. Enquanto DT2 relata sobre suas experiências em desenvolver metodologias internas capazes de suprir suas necessidades, porém não linka com interações do AEE.

Os grupos convergem em admitirem que o AEE tem seu papel e sua contribuição para o trabalho pedagógico. Mas divergem com relação à periodicidade e à efetividade desse trabalho, considerado por vezes insuficiente com relação ao que se espera.

### **5.1.1 Análise de resultados**

A partir dos dados obtidos ao analisarmos as triangulações das questões das entrevistas, identificamos os pontos de convergências e divergências como elementos norteadores para responder ao problema de pesquisa, pois:

Os resultados obtidos no estudo de caso devem ser provenientes da convergência ou da divergência das observações obtidas de diferentes procedimentos. Dessa maneira é que se torna possível conferir validade ao estudo, evitando que ele fique subordinado à subjetividade do pesquisador. (Gil, 2008, p. 140).

Contamos em nossa pesquisa com três grupos distintos que, apesar de reconhecerem os desafios e as complexibilidades para lidar com as diversidades de alunos, mesmo alguns membros dos grupos reconhecendo sua incompletude diante dos inúmeros desafios que surgem, outros se consideram mais preparados e atribuem isso ao fato da busca pessoal por formações que os possibilitem lidar com a diversidade de maneira mais fluida.

Assim, para auxiliar os docentes em suas práticas, dúvidas, questionamentos, entre outros, tem-se o Atendimento Educacional Especializado, que, de acordo com Brasil (2008), assessora “promovendo o acesso e as condições para uma educação de qualidade”. O AEE é reconhecido por todos os grupos e membros participantes da pesquisa como importante ao processo de ensino e aprendizado por contribuir nas práticas pedagógicas, auxiliando na adaptação curricular, dando suporte ao processo de inclusão, auxiliando os docentes em suas buscas.

Porém, os grupos DB e DT admitem necessitar de mais auxílio do que eles têm encontrado ao buscar pelo AEE, pois, apesar de as orientações serem eficientes, também são insuficientes. Atribuem essa necessidade não totalmente suprida a problemas estruturais, como o número de profissionais do AEE insuficiente para a crescente demanda, a falta de tempo do próprio docente para que haja esse auxílio, encontrando assim dificuldades para trabalhar de modo inclusivo. No entanto, essa ideia não é compartilhada por todos os membros dos grupos.

Porém, com relação às adaptações, de forma geral indicaram vários desafios, tais como falta de recursos, de tempo para planejamento, de metodologias mais específicas, assim como existência de barreiras atitudinais, como preconceito e resistência, e também as próprias barreiras do sistema educacional às dificuldades estruturais, encontrando-se algumas das necessidades elencadas já preconizadas em legislação, pois:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (Brasil, 2008, p. 1).

Outro desafio compartilhado pelos entrevistados refere-se à adaptação curricular, com exceção a DT2, que, em sua área, desenvolveu uma prática que, de acordo com o entrevistado, tem se demonstrado eficiente para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem de estudantes com autismo, que é sua maior demanda de estudantes com deficiência em suas turmas.

Mesmo havendo esse amparo por lei, observa-se que ainda existe uma lacuna que lhes gera anseios, havendo a necessidade de práticas mais dialógicas que venham ao encontro dessa demanda, uma vez que tais anseios são compartilhados

com a equipe de atendimento educacional especializado, por compreenderem que a mesma deve, entre suas atribuições,

[...] h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (Brasil, 2009).

No entanto, embora o Atendimento Educacional Especializado esteja preconizado em lei e tenha essas atribuições, o número de profissionais não dá conta de atender à demanda que surge constantemente, ficando evidenciado na fala do entrevistado ao relatar que isso,

*É a questão principalmente para o professor, é que existem muitas especificidades e diferenças grandes entre elas e a gente tem que adaptar tanto aula quanto o plano de ensino e ainda atividades e a gente não tem muito horário orçado para isso e tem poucos profissionais para dar acompanhamento nesse momento da adaptação e a gente não tem bem claro, como deve ser adaptado para cada um, o que se esperar e ainda entre cada especificidade tem níveis diferentes e cada aluno é um mundo diferente e reage diferente à adaptação que a gente faz [...]. (DT1).*

Durante a pesquisa, também se observou que o grupo 1 tem bem definido seu papel, evidenciando o ajuste do ensino e a mediação contínua, pois é de responsabilidade do AEE:

XII - Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas. (IFC, 2019, p. 6).

Apesar de os grupos 2 e 3 apresentarem uma conduta mais prática e sistemática centrada na metodologia, na avaliação e nas adaptações, ambos apresentam linhas de preocupações distintas, enquanto o grupo 2 está mais preocupado com a parte afetiva e com a adaptação do processo de aprendizagem, o grupo 3 está mais voltado à adaptação da prática didática.

Continuando com as análises, constatou-se que os anseios dos docentes com relação ao Atendimento Educacional Especializado estão relacionados a lidar com as necessidades específicas dos estudantes. O grupo 1 relata que muitos docentes esperam por uma fórmula mágica, uma solução pronta ao buscarem pelo atendimento.

*Porque é um organismo vivo reagindo a cada situação, e essa expectativa que os professores têm em relação a um atendimento educacional especializado é diferente para cada professor eu acho, mas genericamente geralmente ele espera que ele, lhe tire o peso, porque em um determinado momento acaba sendo um peso o aluno com deficiência que ele não tá conseguindo ir adiante e às vezes às vezes não, a gente não consegue fazer isso, né. Fazer uma mágica, ter uma forma mágica para colocar nesse estudante e as coisas darem certo. Então é sempre uma relação que espera muito e às vezes acaba pensando no final: e puxa não conseguiu me ajudar, né. (AEE 1, 2024).*

Isso está relacionado ao fato de o AEE até conseguir desenvolver flexibilizações na área básica e fazer essas intervenções, porém na área técnica não consegue realizá-las devido às especificidades técnicas que estão fora de sua área de competências.

Além disso, os grupos apresentam visões semelhantes sobre a flexibilização no que diz respeito a sua importância, ideia está compartilhada por todos. Mas possuem visões diferenciadas em relação a quem caberia desenvolvê-las, pois enquanto no grupo 1 os entrevistados afirmam que a prática pedagógica de adaptação cabe ao docente, podendo ser auxiliada pelo atendimento, no entanto alguns membros do grupo dos docentes, como DT 1, acreditam que o AEE deveria proporcionar as adaptações por ter um conhecimento mais aprimorado com relação às necessidades específicas que certos estudantes apresentam. Porém, durante as entrevistas, o grupo 1 deixa claro que não é possível para ele a realização das adaptações por serem diversas vezes conteúdos muito específicos que não fazem parte de sua área do conhecimento. Mas deixa evidente sua disposição de auxiliar as necessidades de adaptação dos docentes.

Os grupos dos docentes ainda acrescentam que as adaptações deveriam ter uma maior abrangência “no que se ensina” além do “como se ensina”. No entanto, a tarefa de flexibilização é muito complexa na área técnica, principalmente quando se refere a cursos como o de Informática por haver pré-requisitos necessários para a próxima fase.

Logo, toda essa dinâmica torna-se ainda mais complexa por acontecer no Ensino Médio Técnico Integrado na Educação Profissional e Tecnológica. Essa “formação profissional que possibilite aos sujeitos jovens e adultos se apropriarem de conhecimentos que estruture sua inserção na vida produtiva dignamente.” (Ramos, 2007/2008, p. 11). Assim sendo, observou-se, por meio das entrevistas, que o grupo



dos profissionais do AEE demonstra-se mais preocupado com a inserção dos estudantes com deficiência ou necessidades específicas ao trabalho, no entanto os grupos dos docentes estão mais preocupados com as adaptações e as flexibilizações para desenvolver o aprendizado dos estudantes.

Essas preocupações influenciam diretamente os estudantes em sua trajetória educacional ao mundo do trabalho e não apenas ao trabalho. Então, por ser um ensino também técnico, ele precisa proporcionar aos estudantes autonomia para poderem atuar também no mundo do trabalho.

*Essa profissionalização que está sendo dada para que ele vá atuar. Para que ele tenha autonomia, para ir para o seu próprio sustento né, de atuar no mundo do trabalho, de ter uma profissão. Então o AEE tem uma grande responsabilidade sobre isso, né. Ele, o tempo isso tem que estar permeado também nas orientações, que se fazem nas discussões, nos diálogos que se trata com os professores de cada disciplina. (AEE 1, 2024).*

### **5.1.2 Práticas**

De acordo com o grupo 1, são desenvolvidas diversas práticas, desde flexibilização curricular, adaptação, momentos diversos, auxílio na forma como a aula se apresenta, no trato entre professor e aluno, também orientações de como lidar com essa diversidade que se apresenta, com os comportamentos que às vezes se tornam muito complexos, sendo esses atendimentos e encaminhamentos uma demanda constante.

### **5.1.3 Articulações**

As articulações entre a equipe de atendimento educacional especializado e os docentes ocorrem muito por meio de e-mail por proporcionar maior agilidade, porém também acontecem por meio da ida presencialmente ao AEE, no entanto com menos frequência devido ao tempo. Essas articulações são orientações, formações profissionais, entre outras, que objetivam sustentar algumas práticas, de flexibilização curricular, de adaptação, de momentos diversos, da forma como a aula se apresenta, no trato entre professor e aluno, também em como lidar com essa diversidade que se apresenta, com os comportamentos que às vezes se tornam muito complexos, sendo esses atendimentos e encaminhamentos uma demanda constante, de acordo com

## AEE 1.

Porém, os grupos DB e DT admitem necessitarem de mais auxílio do que eles têm encontrado ao buscar pelo AEE, pois, apesar de as orientações serem eficientes, também são insuficientes de acordo com eles. Atribuem essa necessidade não totalmente suprida a problemas estruturais, como o número de profissionais do AEE insuficiente para a crescente demanda, a falta de tempo do próprio docente para que haja esse auxílio.

O resultado da análise indica que as práticas e as articulações entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes tanto da área básica quanto da área técnica ocorrem de maneira efetiva, porém insuficiente devido a vários fatores; a grande demanda por atendimento, a pouca quantidade de profissionais para a demanda apresentada, o pouco tempo para as práticas específicas e as articulações do próprio docente aparecem na pesquisa como fatores que demandam uma atenção maior por parte das políticas públicas.

Conclui-se a partir da pesquisa uma necessidade dialógica entre a equipe de atendimento educacional especializado e os docentes no sentido de alinharem os anseios e as expectativas a se reivindicar ao poder público, ficando evidente durante a pesquisa o quanto são importantes essas práticas e articulações entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes tanto na área básica quanto na técnica.

É importante lembrar que todos os processos que ocorrem nas instituições de ensino estão diretamente ligados a sua gestão e que essas concepções de gestões escolares refletem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola e da formação humana na sociedade, porém é necessário pensar a instituição de ensino de maneira inclusiva, na qual o aluno e suas necessidades específicas sejam o centro do processo para que assim possamos caminhar em direção a uma educação inclusiva.

## **6 ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Baseado no objetivo específico, elaborou-se um produto educacional a ser disponibilizado a estudantes, docentes, profissionais das áreas afins e a própria comunidade em geral que dialogue com os estudos e a pesquisa realizados no mestrado. Desenvolveu-se um site denominado “Um olhar sobre o atendimento educacional especializado” (<https://abrir.link/WVENa>), pois os sites são recursos digitais que oferecem plataforma acessível para a aquisição de conhecimento de forma dinâmica e interativa.

Uma das vantagens do site como produto educacional é seu alcance global, permitindo que o conhecimento seja compartilhado com pessoas de todos os lugares, promovendo a inclusão e a democratização do conhecimento. É um produto dinâmico que está sempre disponível para receber atualizações e novidades, podendo ser atualizado de acordo com a demanda. Sua dinâmica pode ser tanto fonte enriquecedora quanto inspiradora. Assim, um site educacional é muito mais do que uma simples página na internet, é um produto completo desenvolvido com o objetivo de divulgar parte dos estudos e da pesquisa realizada durante o mestrado, como também de facilitar o acesso ao conhecimento, promovendo a interatividade, podendo contribuir para futuras pesquisas, a formação continuada e inovações na área da educação.

Foi desenvolvido a partir do diálogo com os sujeitos da pesquisa, professores e comunidade interessada, fazendo com que os participantes sejam protagonistas no processo científico do qual participam. Também levamos em consideração para a construção o que assevera Leite (2018), que sua construção fosse orientada por três eixos temáticos essenciais: o conceitual, o pedagógico e o comunicacional.

Eixo conceitual: o site buscou trazer os temas centrais para o entendimento das articulações entre a equipe de atendimento educacional especializada e o corpo docente na área básica e técnica, além de trazer o marco legal que sustenta o AEE e as ações legais assumidas pelo Instituto Federal Catarinense. A legislação se mostrou ponto fulcral para fundamentar a importância desse atendimento, pois ainda se mostra desconhecida por muitos.

Eixo pedagógico: tratou-se de demonstrar como a relação dos profissionais do AEE junto aos docentes, sendo o alvo primeiro dessa pesquisa, mas que também

pretende alcançar o público geral interessado, buscando deixar claro os direitos e as estratégias necessárias para o atendimento adequado ao público-alvo.

Eixo comunicacional: o site foi pensado para ser de fácil acesso e objetivo para facilitar o acesso às informações de forma clara e efetiva, com design claro e intuitivo com cores que levam à instituição.

Assim sendo, no intuito de averiguar o grau de interpretação das perguntas, foi utilizada a escala de Likert, denominada como escala de satisfação. Essa escala é usada no sentido de ser gerada uma gradação de respostas que possam apresentar como o participante considera ser sua sensação sobre cada aspecto do questionário elaborado. De acordo com Dalmoro e Vieira (2014), “A escala de cinco pontos teve, em média, a mesma precisão e mostrou-se mais fácil e mais rápida que a escala de sete pontos. Portanto, para este estudo a escala que se mostrou mais adequada foi a de cinco pontos”.

Assim sendo, foram inseridos a cada pergunta cinco graus de opiniões para constatar como o participante interpreta sua percepção a cada questionamento criado aos parâmetros estabelecidos, sendo eles: 1) Concordo plenamente; 2) Concordo parcialmente; 3) Nem concordo, nem discordo; 4) Discordo parcialmente; e 5) Discordo totalmente. Abaixo, encontra-se o quadro demonstrativo sobre as respostas dos 18 participantes que se dispuseram a avaliar o PE.

Quadro 14 – Avaliação do site: perguntas fechadas

<b>QUESTÕES</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
1. Quanto à apresentação do conceito sobre atendimento educacional especializado, o site apresentou uma definição clara?	16	2			
2. A legislação apresentada que ampara o atendimento educacional especializado se mostrou de fácil acesso?	16	2			
3. Sabemos da necessidade de trabalharmos de uma forma inclusiva, e isso é em todas as áreas e vem sendo uma demanda crescente. Visto a realidade que se apresenta, você acredita que é de extrema importância a pesquisa realizada?	17	1			
4. A mensagem do Site é adequada e condiz com o objetivo proposto?	17				
5. A arquitetura de informação e a interface é clara para a sua utilização?	13	5			
6. As informações encontradas neste produto educacional favorecem o conhecimento?	17	1			

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Quadro 15 – Avaliação do site: perguntas abertas

<p><b>Caso tenha interesse em colaborar com a melhoria deste produto educacional, aqui é um espaço para sugestões, críticas, ou qualquer consideração.</b></p>
<p>“Parabéns pelo trabalho! O produto educacional apresentado é uma excelente fonte de pesquisa no contexto da AEE.”</p>
<p>“O site oferece informações valiosas sobre educação inclusiva, com base em uma dissertação de mestrado, o que já lhe confere credibilidade acadêmica. O layout está bem organizado e visualmente agradável, facilita a navegação, permitindo facilmente o acesso ao conteúdo por meio de menus intuitivos e seções bem definidas. Acredito que posteriormente irão incluir, mas fica a sugestão da inclusão de materiais de apoio, como artigos e vídeos, pois acredito que enriquecerá ainda mais. Outra sugestão seria considerar opções de leitura em voz alta para usuários com deficiência visual. Parabéns pelo trabalho desenvolvido!”</p>
<p>“Site de fácil compreensão e atrativo, com informações pontuais. Entrega exatamente o que precisa.”</p>
<p>“Muito clean seu site. Gostaria de sugerir que vc desse um nome ao seu produto e não apenas ‘site’. Já pensou nomeá-lo? O que de relevante vc viveu durante o desenvolvimento do produto que possa contribuir com o título da obra? Gostei muito do que vi. Parabéns com louvores!! Dê-lhe um nome!”</p>
<p>“Parabéns pelo produto. Muito importante para a difusão de informações sobre o AEE. Deixo algumas sugestões visando a melhorar ainda mais o produto e facilitar o acesso a outras pessoas. 1. Sobre a definição de AEE, quando acessamos a página principal e rolamos para baixo, chegamos a um ponto com definições do AEE. Quando clicamos no item AEE-IFC na barra superior, somos levados para outra página, com outras informações. Penso que essas informações poderiam ser retiradas da página inicial e concentradas na página AEE-IFC. Na página inicial, para fins de apresentação, constar somente a definição de AEE, com base em uma das fontes utilizadas, a ser escolhida pela pesquisadora (sugiro a definição da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, Art. 2º. ‘O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.’). Da página inicial, direcionar para a página AEE-IFC, onde tem as informações concentradas. Sugiro que as informações apresentadas nas Considerações Finais em ‘Práticas e Articulações’ sejam também trazidas para a página AEE-IFC, pois refletem como este serviço ocorre na instituição. 2. Ao clicar no item IFC, na aba superior, conta uma descrição da missão do IFC. A missão institucional foi atualizada a partir de 2024, e consta no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 ‘Proporcionar Educação Profissional, Científica e Tecnológica gratuita, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a formação inclusiva, integral e cidadã’, disponível em &lt;<a href="https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf">https://pdi.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/80/2024/01/Resolucao-03.2024-IFC-Aprova-PDI-2024-2028-Anexo.pdf</a>&gt;, página 259. No mesmo item do site são apresentadas informações sobre ‘Inovação’ e ‘Tecnologia’, que não são necessariamente específicas do IFC. Sugiro não tratar de Inovação e Tecnologia, mas nesta página apresentar Missão, Visão e Valores do IFC, disponíveis também no PDI, páginas 259, 260 e 261. 4. Sobre os links para acesso aos documentos, leis e sites, achei bem importante que sejam disponibilizados, mas seria interessante identificar de alguma forma que tratam-se de links (ex.: incluir um ícone de corrente junto a cada link, ou escrever</p>

**Caso tenha interesse em colaborar com a melhoria deste produto educacional, aqui é um espaço para sugestões, críticas, ou qualquer consideração.**

mesmo 'Clique aqui para acessar xxx'. 5. A definição de Produto Educacional apresentada na capa parece superficial, constando apenas como uma 'obrigação', e não como algo que pode contribuir com a sociedade. Desta forma, sugiro adotar a definição utilizada por Rizzatti et al. (ou uma adaptação desta definição). 'Dessa forma, considera-se PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE) na Área de Ensino, o resultado tangível oriundo de um processo gerado a partir de uma atividade de pesquisa, podendo ser realizado de forma individual (discente ou docente *Stricto Sensu*) ou em grupo (caso do *Lato Sensu*, PIBID, Residência Pedagógica, PIBIC e outros). O PE deve ser elaborado com o intuito de responder a uma pergunta/problema oriunda do campo de prática profissional, podendo ser um artefato real ou virtual, ou ainda, um processo' (Bessemer; Treffinger, 1981). Deve apresentar, em sua descrição, as especificações técnicas, ser compartilhável, registrado em plataforma, apresentar aderência às linhas e aos projetos de pesquisa do PPG, apresentar potencial de replicabilidade por terceiros, além de ter sido desenvolvido e aplicado para fins de avaliação, prioritariamente, com o público-alvo a que se destina."

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Ao analisar os quadros acima, pode-se perceber que o PE atingiu um grau de satisfação condizente com os eixos apontados por Kaplún (2003), assim como os parâmetros de avaliação propostos por Ruiz *et al.* (2014). O PE possui a possibilidade de replicabilidade, pois se encontra disponível para apreciação e utilização de todos os interessados. No primeiro dia de disponibilidade, foi acessado por 13 pessoas e, no terceiro dia, o site já havia sido acessado por 18 pessoas. Em seguida, apresentaremos nas considerações finais apontamento sobre o processo e seus encaminhamentos.

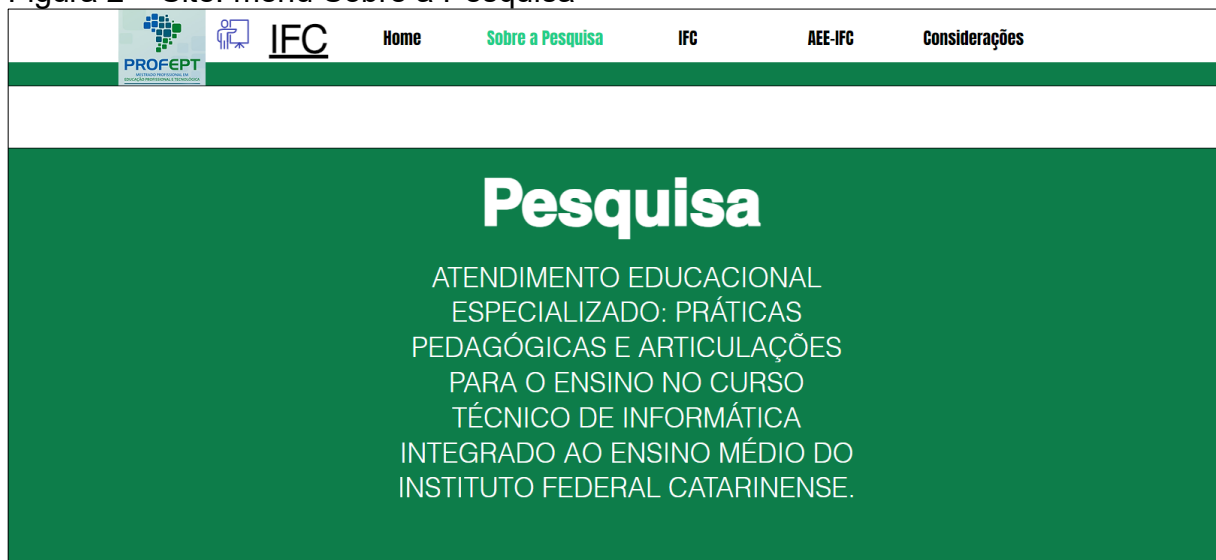
A partir das sugestões dadas na aplicação do questionário de avaliação, foram implementadas as sugestões.

Figura 1 – Site: menu Home



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Figura 2 – Site: menu Sobre a Pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Figura 3 – Site: menu IFC



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Figura 4 – Site: menu AEE-IFC



Fonte: Elaborada pela autora (2024).



Figura 5 – Site: menu Considerações



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Concluimos assim parte dessa jornada apresentando o site Um Olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado (<https://abrir.link/WVENa>) como produto educacional, pensado para contribuir com educadores, estudantes e profissionais afins. Objetivando por meio desse facilitar o acesso ao conhecimento e também inspirar novas pesquisas, promovendo uma experiência que agrega inovação, conhecimento e informação. Nesse sentido, através do site estamos construindo pontes que conectam pessoas à educação inclusiva.

## FICHA DE VALIDAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA TECNOLÓGICA (PTT)-ProfEPT

Ficha de validação da Produção Técnica Tecnológica (PTT) - ProfEPT



MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | PROFEPT  
COORDENAÇÃO ACADÊMICA NACIONAL | CAN - GESTÃO 2022/2025

**IDENTIFICAÇÃO** *(preenchimento estudante)*

Instituição Associada:	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
Discente:	Jucélia Correia de Santana
Produto/Processo Educacional:	Site: Um olhar sobre o Atendimento Educacional Especializado
Dissertação:	Atendimento Educacional Especializado: práticas pedagógicas e articulações para o ensino no curso técnico de informática integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense.
Orientador (a):	Raquel Cardoso de Faria e Custódio
Área de Concentração:	Ensino (46)
Linha de Pesquisa:	Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
Macroprojeto	Macroprojeto 5 - Organização do currículo integrado na EPT, do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

**TIPOS DE PRODUTOS TÉCNICO TECNOLÓGICOS** *(preenchimento estudante)*

<input checked="" type="checkbox"/>	PTT1: Material didático/instrucional
<input type="checkbox"/>	PTT2: Curso de formação profissional
<input type="checkbox"/>	PTT3: Tecnologia social
<input type="checkbox"/>	PTT4: Software/Aplicativo
<input type="checkbox"/>	PTT5: Evento Organizados
<input type="checkbox"/>	PTT6: Relatório Técnico
<input type="checkbox"/>	PTT7: Acervo
<input type="checkbox"/>	PTT8: Produto de comunicação
<input type="checkbox"/>	PTT9: Manual/Protocolo
<input type="checkbox"/>	PTT10: Carta, mapa ou similar

**CRITÉRIOS** *(preenchimento avaliador(e) banca)*

	Sim	Não
À pesquisa		

## Ficha de validação da Produção Técnica Tecnológica (PTT) - ProfEPT



<b>Aderência</b>	À linha de pesquisa do Programa	x	
	Área de concentração do Programa	x	
	Ao macroprojeto	x	
<b>Replicabilidade</b>	O PE pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que ele foi produzido?	x	
<b>Registro</b>	Possibilidade de registro/depósito de propriedade intelectual		x

<b>IMPACTO</b>	
	<b>Alto</b> - PTT gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
x	<b>Médio</b> - PTT gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.
	<b>Baixo</b> - PTT gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.
<b>IMPACTO - DEMANDA</b>	
x	Demanda espontânea
	Demanda contratada
	Demanda por concorrência (ex. Edital)
<b>IMPACTO - OBJETIVO DA PESQUISA</b>	
	Experimental
	Sem um foco de aplicação inicialmente definido
x	Solução de um problema previamente identificado

<b>ABRANGÊNCIA TERRITORIAL</b>	
	Local
	Regional
x	Nacional
	Internacional
<b>INOVAÇÃO</b>	
	Alto teor inovativo (desenvolvido com base em conhecimento inédito).
	Médio teor inovativo
x	Baixo teor inovativo
	Sem inovação aparente
<b>COMPLEXIDADE</b> (Mais de um item pode ser marcado)	



## Ficha de validação da Produção Técnica Tecnológica (PTT) - ProfEPT



x	O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação.
x	A metodologia apresenta clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE
x	Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico empregados na respectiva dissertação.
x	Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
<b>APLICABILIDADE</b>	
	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa.
x	PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado.
	PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
<b>ESTÁGIO DA TECNOLOGIA</b>	
	Piloto/protótipo
	Em teste
x	Finalizado/implantado
	Não se aplica
<b>ACESSO</b>	
	PE sem acesso.
	PE com acesso via rede fechada.
x	PE com acesso público e gratuito.
x	PE com acesso público e gratuito pela página do Programa.
x	PE com acesso por Repositório institucional com acesso público e gratuito.

**PANORAMA SOBRE A ABRANGÊNCIA E/OU A REPLICABILIDADE DO PTT**

O alcance do produto educacional é nacional e pode ser replicado parcialmente adaptando-se às características de cada instituição.

Até 255 caracteres

**DESCRIÇÃO DO TIPO DE IMPACTO DO PTT**

Trata-se de uma demanda espontânea que teve como objetivo a solução de um problema previamente identificado no processo da pesquisa.

## Ficha de validação da Produção Técnica Tecnológica (PTT) - ProfEPT



Até 255 caracteres

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA	
Presidente da banca	
Membro interno ProfEPT/IA	
Membro externo	
Data da defesa	

Ficha elaborada a partir de:

1. Documento de Área Ensino CAPES. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES\\_REGISTRO\\_PRODUCAO\\_TECNICA\\_TECNOLOGICA\\_ENSINO.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ORIENTACOES_REGISTRO_PRODUCAO_TECNICA_TECNOLOGICA_ENSINO.pdf). Acesso em 08 nov. 2022.
2. RIZZATTI, et al. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: [http://profqui.sites.ufr.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo\\_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf](http://profqui.sites.ufr.br/wp-content/uploads/sites/334/2020/09/Artigo_Os-Prod.-Educ.-dos-PPG-profissionais.pdf). Acesso em 08 nov. 2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E  
CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

**FICHA DE AVALIAÇÃO Nº 31/2024 - CCPGEPT (11.01.09.31)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 07/11/2024 21:15)*  
**RAQUEL CARDOSO DE FARIA E CUSTODIO**  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CGE/SBS (11.01.14.33)  
Matricula: ###768#2

*(Assinado digitalmente em 01/11/2024 14:40)*  
**VALDINEI MARCOLLA**  
PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO  
CCPED/VID (11.01.07.01.03.04.13)  
Matricula: ##913#8

*(Assinado digitalmente em 01/11/2024 19:25)*  
**JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA**  
DISCENTE  
Matricula: 2022#####7

Documento assinado digitalmente  
**ROBERTA PASQUALI**  
Data: 08/11/2024 13:01:51-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: 31, ano: 2024, tipo: FICHA DE AVALIAÇÃO, data de emissão: 01/11/2024 e o código de verificação: 11af0d67e5

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tem como tema o atendimento educacional especializado: práticas pedagógicas e articulações para o ensino no Curso Técnico de Informática Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense. O objetivo se construiu no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado (AEE) às práticas pedagógicas dos docentes do Ensino Médio Integrado, Curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Baseando-se no AEE, esse atendimento é normatizado pelo Decreto nº 7.611/2011, que determina suas diretrizes, tendo suas funções estabelecidas pela Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, e tendo nas investigações um grupo além do público-alvo da educação especial, preconizado pela Lei, pois o IFC possui um alcance expandido por preconizar também o atendimento educacional especializado aos estudantes com necessidades específicas, mesmo ainda não estando previsto nas legislações federais. Porém, em consonância e respeito com a legislação vigente, o Instituto desenvolveu sua legislação específica denominada “Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense”, em que se encontram diversos núcleos integrados em sua concretização.

Desse modo, a partir da metodologia do estudo de caso, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas de forma presencial em diversos momentos e por meio de análise das fontes pesquisadas, utilizando a triangulação de dados e os fundamentos teóricos referentes ao tema pesquisado, constatou-se que o auxílio pretendido pelos docentes ao buscarem o AEE é exatamente essa articulação entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e o docente.

Com essa articulação, os docentes buscam por orientações sobre a maneira de como proceder para trazer subsídios necessários à realização dos trabalhos a estudantes com deficiências ou com necessidades educacionais específicas para que sejam eficientes ao desenvolvimento de suas aprendizagens no ensino médio integrado à Educação Profissional e Tecnológica, tendo no trabalho um princípio educativo, oportunizando-os a tornarem-se indivíduos capazes de interpretar e agir no mundo, considerando que suas peculiaridades são singulares e tornam o processo de

ensino-aprendizagem complexo.

Portanto, a pesquisa mostrou que não existem receitas, mas existem boas experiências que, se socializadas, poderão trazer novos olhares capazes de fazerem a diferença.

Assim sendo, conclui-se que a equipe de Atendimento Educacional Especializado corrobora com os docentes, porém não efetivamente na mesma proporcionalidade esperada por eles, indicando que a parte dialógica entre eles necessita ser mais aprimorada. A pesquisa também indica que esta lacuna pode ser devido ao pouco tempo ou, por vezes, à falta deste para a interação entre ambos. Assim, para que essa troca aconteça com uma maior frequência, vindo ao encontro dos anseios dos docentes, sugerimos uma reestruturação temporal para poderem compreender as especificidades em cada necessidade e buscarem auxílio, se assim compreenderem necessário.

Portanto, apesar de o professor ser capacitado, muitas vezes ele não se sente totalmente preparado porque sabe quão desafiadora é a diversidade e reconhece no AEE um aliado importante para ajudar a superar os desafios encontrados.

Assim sendo, devido a sua significativa relevância para o avanço da educação inclusiva, recomendamos que futuras investigações sobre o tema poderiam ser realizadas levando em conta o aprimoramento da implementação do AEE ou também a reestruturação do AEE, partindo-se do princípio que se observou de uma alta demanda para o atendimento educacional especializado. A continuidade de pesquisas sobre o tema poderá contribuir para o avanço de práticas mais eficazes e inclusivas, auxiliando na promoção de uma educação mais equitativa e acessível a todos.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. H.; NETO, J. M. de L. O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: limites e possibilidades da formação e atuação docente no campo da educação inclusiva. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], p. 68-84, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**. 2. ed. Curitiba: Champagnat, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 3 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: Secadi/MEC, 2008a.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências. Brasília, DF, 2008c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Brasília, DF: MEC, 2009a. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2009b. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf). Acesso em: 4 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.html](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.html). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1). Acesso em: 10 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Ofício Circular nº 2, de 24 de fevereiro de 2021**. Brasília, DF: CONEP/SECNS/MS, 2021. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Disponível em: [https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio\\_Circular\\_2\\_24fev2021.pdf](https://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação/Supremo Tribunal Federal, 2023a. 264 p.

BRASIL. Decreto n.º 11.370, de 1 de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2023b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.370%2C%20DE%201%C2%BA,que%20lhe%20confere%20o%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.370%2C%20DE%201%C2%BA,que%20lhe%20confere%20o%20art). Acesso: em 19 mar. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília, DF, 2023c.

BRUNING, Camila; GODRI, Luciana; TAKAHASHI, Adriana Roseli Wünsch. Triangulação em estudos de caso: incidência, apropriações e mal-entendidos em pesquisas da área de Administração. **Ensino e Pesquisa**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 277-307, maio/agosto 2018.

CASTRO, Clóves Alexandre de; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. **Educação, cultura e sociedade**. João Pessoa: IFPB, 2019. 436 p.:il. (Reflexões na Educação, 4).

COLL, César *et al.* **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CORREIA, M. A. C.; SARMENTO, A. G. M. Representações sociais sobre as pessoas com deficiência e seu impacto na efetividade da inclusão. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2021. ISSN 2525-4774. Disponível em: <https://periodicos.ifpr.edu.br/index.php?journal=MundiSH&page=article&op=view&path%5B%5D=1353&path%5B%5D=759>. Acesso em: 20 ago. 2022.

CRUZ, G. de C.; GLAT, R. Educação inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura. **Educar em Revista**, [S. l.], n. 52, p. 257-273, jun. 2014.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo Likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **RGO Revista Gestão Organizacional**, USP, v. 6, 2014. Edição especial. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148822/mod\\_resource/content/1/Dalmoro\\_Vieira\\_2013\\_Dilemas-na-construcao-de-escal\\_31731.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148822/mod_resource/content/1/Dalmoro_Vieira_2013_Dilemas-na-construcao-de-escal_31731.pdf). Acesso em: 13 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213838/000728731.pdf?sequ.16/1/2022>. Acesso em: 11 set. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 23, n. 38, p. 345-356, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henrique, Marcos Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007. 328 p.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 16, de 1 de abril de 2019**. Diretrizes. Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2019a. Disponível em: <https://ensino.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/37/2022/10/Resolucao-16.2019-Diretrizes-ANEXO.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 33, de 1 de julho de 2019**. Dispõe sobre a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2019b. Disponível em: [https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resolucao\\_33.2019\\_ANEXO.pdf](https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/Resolucao_33.2019_ANEXO.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Relatório do Conselho Institucional de Inclusão e Diversidade do IFC-2020/2021**. IFC, 2020/2021.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 15, de 29 de abril de 2021**. Institui a regulamentação para o Atendimento Educacional Especializado do Instituto Federal Catarinense. Blumenau, 2021a. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/44/2022/10/4361e74ba6f29ff2df9cdc4b19278f5cfd9751edbdd40ca3af8952009d3261211619828303193521077669517234128.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 16, de 11 de maio de 2021**. Blumenau, 2021b. Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/57/2022/11/Resolucao-no-016-Consuper2021.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Resolução nº 22, de 14 de maio de 2022**. Dispõe sobre a Política de Atendimento ao Estudante do Instituto Federal Catarinense (IFC). Blumenau, 2022. Disponível em: <https://estudante.ifc.edu.br/2022/10/25/resolucao-no-22-2022/>. Acesso em: 11 set. 2024.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod\\_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf). Acesso em: 10 set. 2022.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Comunicação e Educação**, [S. l.], n. 27, maio/ago. 2003. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/37491/40205>. Acesso em: 13 set. 2024.

KÖCKE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEITE, P. S. C. Produtos educacionais em mestrados profissionais na área de ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. **Atas – Investigação Qualitativa em Educação**, [S. l.], v. 1, p. 330-339, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola**: reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.
- MACHADO, Rosângela *et al.* **A Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Editora da UFC, 2010.
- MENDES, E. G. Breve história de la educación especial en Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, [S. l.], n. 57, p. 93-109, 2010.
- MENESES, Maria Aparecida Ramos de; ALMEIDA, Simone Jordão; RIBEIRO, Waleska Ramalho (org.). **Inclusão social das pessoas com deficiência**: entre a garantia e a efetivação dos direitos sociais. João Pessoa: A União, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1428/minayo\\_2001.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf). Acesso em: 11 set. 2022.
- MOREIRA, Carlos J. M. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**: uma análise de três programas federais, para a educação especial, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Luís-MA, no período de 2009 a 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- OLIVEIRA, Shirlene Bemfica de *et al.* (org.). **Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**: da história à teoria, da teoria a práxis. Curitiba: CRV, 2020. 276 p. (Coleção Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, 1).
- PACHECO, Eliezer. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, DF: Moderna, 2012.
- PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

PLÁCIDO, R.; BENKENDORF, S.; TODOROV, D. Porosidade e permeabilidade: uma abordagem mesoanalítica em história das instituições escolares a partir da cultura escolar. **Metodologias e Aprendizado**, [S. l.], v. 4, p. 183-196, 2021.

PIMENTEL, S. C.; PIMENTEL, M. C. Resignificando a deficiência: a necessidade de revisão conceitual para definição de políticas públicas. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, UNIFAFIBE, v. 5, n. 2, p. 1039-1054, 2017.

POKER, Rosimar Bortolini; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; GIROTO, Claudia Regina Mosca (org.). **Educação inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília, SP: Oficina Universitária, 2016. 198 p.

RAMOS, Marise. Reforma da educação profissional: contradições na disputa por hegemonia no regime de acumulação flexível. **Trab. Educ. Saúde**, [S. l.], v. 5 n. 3, p. 545-558, nov. 2007/fev. 2008.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 107-128.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, DF: Capes/UAB, 2009.

RUIZ, L. *et al.* **Producción de materiales de comunicación y educación popular**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2014. Disponível em: <https://www.sociales.uba.ar/wp-content/blogs.dir/219/files/2015/07/2-Prod-Materiales-B.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SANTOS, J. O. L. dos *et al.* Atendimento Educacional Especializado: reflexões sobre a demanda de alunos matriculados e a oferta de salas de recursos multifuncionais na Rede Municipal de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S. l.], v. 23, p. 409-422, set. 2017.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação. Curvatura da vara, onze teses sobre educação política**. 35. ed. revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SOBRINHO, S. C.; PLÁCIDO, R. L. (org.). **Educação profissional integrada ao ensino médio**. João Pessoa: IFPB, 2020. (Reflexões na Educação, 8).

SOUZA, F. das C. S.; NUNES, A. O. **Temas em Educação Profissional e**

**Tecnológica.** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2019.

TEIXEIRA, D. S.; BARRETO, D. A. B.; NUNES, C. P. Educação especial e formação docente: alunos com deficiência intelectual e atendimento educacional especializado. **Holos**, [S. l.], v. 2, p. 1-19, jun. 2021.

TRIVIFIOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e o enquadramento da acção: necessidades educativas especiais.** Adaptado pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Salamanca: UNESCO, 1996.

VARGAS, Gárdia; BECHE, Rose Clér Estivaleta; SILVA, Solange Cristina da. **Educação e aprendizagem.** 2. ed. Florianópolis: UDESC, 2004.

VEIGA, Ilma Passos. Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas, SP: Papirus, 1995.

WILLIAN, Douglas Guilherme. **Educação inclusiva e contexto social: questões contemporâneas.** 1. ed. [S. l.]: Atena Editora, 2019.

YIN, Robert K. **Estudos de caso: planejamento e métodos.** Tradução Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICES**



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DO ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Questionário para entrevista dos profissionais do Atendimento Educacional Especializado:

01. Nome completo? E sua idade?

02. Qual sua habilitação?

03. Qual sua Instituição de trabalho?

04. Qual sua área de atuação na Instituição?

05. Qual sua função?

06. A quanto tempo você atua nesta área?

07. Você se sente preparado para lidar com a diversidade de alunos?

08. Como você define o Atendimento Educacional Especializado?

09. Com qual frequência você atende docentes do ensino médio Técnico Integrado em Informática para orientações em relação a estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas?

( ) Raramente;

( ) Todos os dias;

( ) Uma vez por semana;

( ) Quinzenal;

( ) Mensal;

( ) Não se aplica.

10. A educação Inclusiva procura trabalhar de modo a eliminar ou minimizar barreiras auxiliando os estudantes no processo de aprendizagem. Hoje para você trabalhar de modo inclusivo qual é a maior dificuldade que você encontra?

11. Como ocorre a articulação entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes?

12. Quais são os auxílios que os docentes buscam no Atendimento Educacional Especializado?

13. Em sua opinião o que os docentes esperam do Atendimento Educacional Especializado?

14. O que o Atendimento Educacional Especializado oferece aos docentes?

15. Por quais meios são feitas as orientações?

16. Por quais meios são feitas as orientações?

17. São feitas sugestões de flexibilização de conteúdo programático?
18. Ao receber sugestões de flexibilização de conteúdos essas são viáveis?
19. Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES SOBRE O ATENDIMENTO  
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Questionário para entrevista dos docentes:

01. Nome completo? E sua idade?

02. Qual sua habilitação?

03. Qual sua Instituição de trabalho?

04. Qual sua área de atuação na Instituição?

05. Qual sua função?

06. A quanto tempo você atua nesta área?

07. Você se sente preparado para lidar com a diversidade de alunos?

08. Como você define o Atendimento Educacional Especializado?

09. Com qual frequência você busca a equipe de atendimento especializado para orientações em relação a estudantes que apresentam deficiência e/ou necessidades educacionais específicas?

( ) Raramente;

( ) Todos os dias;

( ) Uma vez por semana;

( ) Quinzenal;

( ) Mensal;

( ) Não se aplica.

10. A educação Inclusiva procura trabalhar de modo a eliminar ou minimizar barreiras auxiliando os estudantes no processo de aprendizagem. Hoje para você trabalhar de modo inclusivo qual é a maior dificuldade que você encontra?

11. Como ocorre a articulação entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes?

12. Quais são os auxílios que os docentes buscam no Atendimento Educacional Especializado?

13. Como se dá a articulação entre a equipe de Atendimento Educacional Especializado e os docentes?

14. Em sua opinião o que os docentes esperam do Atendimento Educacional Especializado?

15. O que o Atendimento Educacional Especializado oferece aos docentes?

16. Por quais meios são feitas as orientações?

17. São feitas sugestões de flexibilização de conteúdo programático?
18. Ao receber sugestões de flexibilização de conteúdos essas são viáveis?
19. Qual o papel do Atendimento Educacional Especializado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:  
EQUIPE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O TCLE respeita as Resoluções nºs 510/16 e 466/2012  
(Equipe de Atendimento Educacional Especializado campus Rio do Sul do Instituto  
Federal Catarinense – IFC)

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado a participar como voluntário de um estudo científico.

Esta pesquisa é intitulada: Atendimento Educacional Especializado: Práticas Pedagógicas e Articulações para o Ensino no Curso Técnico de Informática, Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense.

O atendimento educacional especializado surge enquanto recurso para o desenvolvimento de estratégias de inclusão, ou seja, uma política pública de educação na intencionalidade de proporcionar um norte à educação inclusiva. Por essa razão, vislumbra-se a necessidade de exploração do tema, na busca de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de trabalhos que venham ao encontro dessa demanda.

Assim, este projeto objetiva conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Catarinense do campus de Rio do Sul as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado – AEE às práticas pedagógicas dos professores do ensino médio Integrado do curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Essa pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios dentro da metodologia do estudo de caso, será desenvolvida a partir de referenciais bibliográficos, documentais e entrevistas com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores do ensino médio Integrado do curso Técnico em Informática para a Internet do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Rio do Sul.

A coleta de dados será realizada em diferentes períodos durante o ano de 2024. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem

realizadas sob a forma de entrevista semiestruturada gravadas em áudio para posterior transcrição, que ficarão guardadas em um HD externo e/ou pendrive pelo período de 5 anos, após serão eliminadas. Também poderão ocorrer algumas anotações durante a conversa com os entrevistados. Portanto, a entrevista consistirá na aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas por um período de aproximadamente dez minutos.

A análise dos dados obtidos será feita por triangulação e fará parte de um material textual, um Caderno de Fatos e Relatos e/ou um infográfico, enquanto produto educacional que apresentará o resultado dessa pesquisa. Você poderá ter acesso aos dados da pesquisa a qualquer momento ou ao resultado no final da pesquisa após a redação dos trabalhos científicos e relatórios. Você não terá nenhum custo com a pesquisa, como também não receberá nem um valor, sendo sua participação voluntária.

Este estudo apresenta riscos mínimos, como os de qualquer atividade rotineira. Desse modo, os possíveis riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer a você são: o constrangimento de ser entrevistado, invasão de privacidade, divulgação de dados pessoais, discriminação e estigmatização a partir dos dados revelados e possível desconforto do tempo disponibilizado para a realização da entrevista.

Para minimizar tais possíveis riscos serão desenvolvidas as seguintes estratégias: para evitar algum constrangimento as entrevistas serão realizadas em local reservado, sem a presença de outras pessoas do seu ambiente de trabalho e você poderá se negar a responder alguma das perguntas que lhe causem constrangimento.

Para evitar vazamento de dados pessoais as entrevistas gravadas em áudio para posterior transcrição ficarão guardadas em um HD externo e/ou pendrive pelo período de 5 anos, após serão eliminadas, sempre garantindo o sigilo dos dados dos participantes e a minimização de desconfortos.

Já com relação à divulgação os participantes serão identificados por um código evitando assim quaisquer constrangimentos. Salientamos que sua participação é voluntária e não remunerada, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Nos termos da Lei, você poderá ser indenizado por algum dano decorrente da pesquisa.

Os benefícios relacionados à sua participação serão: aumentar o conhecimento

científico para a área da Educação, além de compartilhar com outros profissionais suas práticas e articulações no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Todos os seus dados serão tratados de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa didática e os resultados podem ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato/e-mail dos pesquisadores responsáveis e do Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos do Instituto Federal Catarinense, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Este TCLE possui duas vias, sendo uma via para o participante e outra de igual teor para o pesquisador.

Esta pesquisa foi aprovada pelo **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)** do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará apto para atendê-lo. O CEPSH está localizado no IFC-Campus Camboriú, na rua: Joaquim Garcia s/n - Caixa Postal 2006 - Camboriú/SC - CEP: 88340-055, Telefone/Fax (47) 2104-0882, Ramal 0882 e endereço eletrônico [cepsh@ifc-camboriu.edu.br](mailto:cepsh@ifc-camboriu.edu.br). Horário de funcionamento de segunda a sexta, das 09:00 às 12:00, e das 13:00 às 18:00 horas.

Caso se faça necessário direcionamento do problema a instâncias superiores você poderá entrar em contato diretamente com a **CONEP**, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, pelo telefone: (31) 3315-5877 ou pelo e-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

Este documento está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

**Identificação da instituição de condução da pesquisa:** Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, rua Bernardino José de Oliveira, 81, Badenfurt, CEP 89070-270, Blumenau, SC, telefone: (47) 3702-1700, e-mail: [gabinete.blumenau@ifc.edu.br](mailto:gabinete.blumenau@ifc.edu.br)

**Identificação do pesquisador:** Pesquisador Responsável: Jucélia Correia de

Santana, Telefone/e-mail para contato: (47) 999115430/profju\_santana@hotmail.com.  
Rua Estr. da Madeira, 2000 - CEP 89165-063 - Barragem, Rio do Sul - SC.

**Orientador (a)** Raquel Cardoso de Faria e Custódio.

**Termo de aceite**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. Fui devidamente informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Telefone ou e-mail para contato: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Assinatura do Participante ou Responsável

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as folhas e assine ao final deste documento, com as folhas rubricadas pelo pesquisador, e assinadas pelo mesmo, na última página.

---

Assinatura do Pesquisadores



APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO: DOCENTES DO ENSINO  
MÉDIO INTEGRADO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

O TCLE respeita as Resoluções nºs 510/16 e 466/2012

(Docentes do Ensino médio Integrado do curso Técnico em Informática para a Internet, campus Rio do Sul do Instituto Federal Catarinense – IFC)

Olá, tudo bem? Você está sendo convidado a participar como voluntário de um estudo científico.

Esta pesquisa é intitulada: Atendimento Educacional Especializado: Práticas Pedagógicas e Articulações para o Ensino no Curso Técnico de Informática, Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal Catarinense.

O atendimento educacional especializado surge enquanto recurso para o desenvolvimento de estratégias de inclusão, ou seja, uma política pública de educação na intencionalidade de proporcionar um norte à educação inclusiva. Por essa razão, vislumbra-se a necessidade de exploração do tema, na busca de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de trabalhos que venham ao encontro dessa demanda.

Assim, este projeto objetiva conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Catarinense do campus de Rio do Sul as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado – AEE às práticas pedagógicas dos professores do ensino médio Integrado do curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Essa pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios dentro da metodologia do estudo de caso, será desenvolvida a partir de referenciais bibliográficos, documentais e entrevistas com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os professores do ensino médio Integrado do curso Técnico em Informática para a Internet do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Rio do Sul.

A coleta de dados será realizada em diferentes períodos durante o ano de 2024. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as perguntas a serem

realizadas sob a forma de entrevista semiestruturada gravadas em áudio para posterior transcrição, que ficarão guardadas em um HD externo e/ou pendrive pelo período de 5 anos, após serão eliminadas. Também poderão ocorrer algumas anotações durante a conversa com os entrevistados. Portanto, a entrevista consistirá na aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas por um período de aproximadamente dez minutos.

A análise dos dados obtidos será feita por triangulação e fará parte de um material textual, um Caderno de Fatos e Relatos e/ou um infográfico, enquanto produto educacional que apresentará o resultado dessa pesquisa. Você poderá ter acesso aos dados da pesquisa a qualquer momento ou ao resultado no final da pesquisa após a redação dos trabalhos científicos e relatórios. Você não terá nenhum custo com a pesquisa, como também não receberá nem um valor, sendo sua participação voluntária.

Este estudo apresenta riscos mínimos, como os de qualquer atividade rotineira. Desse modo, os possíveis riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer a você são: o constrangimento de ser entrevistado, invasão de privacidade, divulgação de dados pessoais, discriminação e estigmatização a partir dos dados revelados e possível desconforto do tempo disponibilizado para a realização da entrevista.

Para minimizar tais possíveis riscos serão desenvolvidas as seguintes estratégias: para evitar algum constrangimento as entrevistas serão realizadas em local reservado, sem a presença de outras pessoas do seu ambiente de trabalho e você poderá se negar a responder alguma das perguntas que lhe causem constrangimento.

Para evitar vazamento de dados pessoais as entrevistas gravadas em áudio para posterior transcrição ficarão guardadas em um HD externo e/ou pendrive pelo período de 5 anos, após serão eliminadas, sempre garantindo o sigilo dos dados dos participantes e a minimização de desconfortos.

Já com relação à divulgação os participantes serão identificados por um código evitando assim quaisquer constrangimentos. Salientamos que sua participação é voluntária e não remunerada, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Nos termos da Lei, você poderá ser indenizado por algum dano decorrente da pesquisa.

Os benefícios relacionados à sua participação serão: aumentar o conhecimento

científico para a área da Educação, além de compartilhar com outros profissionais suas práticas e articulações no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

Todos os seus dados serão tratados de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa didática e os resultados podem ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o contato/e-mail dos pesquisadores responsáveis e do Comitê de Ética em pesquisas com seres humanos do Instituto Federal Catarinense, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Este TCLE possui duas vias, sendo uma via para o participante e outra de igual teor para o pesquisador.

Esta pesquisa foi aprovada pelo **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH)** do Instituto Federal Catarinense (IFC). O Comitê tem por objetivo assegurar os interesses dos participantes de pesquisas científicas, em sua integridade e dignidade. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos dados pela equipe científica desta pesquisa, o Comitê estará apto para atendê-lo. O CEPSH está localizado no IFC-Campus Camboriú, na rua: Joaquim Garcia s/n - Caixa Postal 2006 - Camboriú/SC - CEP: 88340-055, Telefone/Fax (47) 2104-0882, Ramal 0882 e endereço eletrônico [cepsh@ifc-camboriu.edu.br](mailto:cepsh@ifc-camboriu.edu.br). Horário de funcionamento de segunda a sexta, das 09:00 às 12:00, e das 13:00 às 18:00 horas.

Caso se faça necessário direcionamento do problema a instâncias superiores você poderá entrar em contato diretamente com a **CONEP**, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, pelo telefone: (31) 3315-5877 ou pelo e-mail: [conep@saude.gov.br](mailto:conep@saude.gov.br)

Este documento está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

**Identificação da instituição de condução da pesquisa:** Instituto Federal Catarinense campus Blumenau, rua Bernardino José de Oliveira, 81, Badenfurt, CEP 89070-270, Blumenau, SC, telefone: (47) 3702-1700, e-mail: [gabinete.blumenau@ifc.edu.br](mailto:gabinete.blumenau@ifc.edu.br)

**Identificação do pesquisador:** Pesquisador Responsável: Jucélia Correia de

Santana Telefone/e-mail para contato: (47) 999115430/profju\_santana@hotmail.com.  
Rua Estr. da Madeira, 2000 - CEP 89165-063 - Barragem, Rio do Sul - SC.

**Orientador (a)** Raquel Cardoso de Faria e Custódio.

**Termo de aceite**

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como participante. Fui devidamente informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação e que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Telefone ou e-mail para contato: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Assinatura do Participante ou Responsável

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, rubrique todas as folhas e assine ao final deste documento, com as folhas rubricadas pelo pesquisador, e assinadas pelo mesmo, na última página.

---

Assinatura do Pesquisadores

## APÊNDICE E – PRODUTO EDUCACIONAL

### Descrição Técnica do Produto

Origem do Produto: Estudo desenvolvido no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEpt

Área do Conhecimento: Ensino

Público-alvo: Estudantes, docentes, profissionais das áreas afins, comunidade em geral

Categoria do produto: Mídia digital

Finalidade: Difusão do conhecimento sobre a pesquisa: Atendimento Educacional Especializado: Práticas Pedagógicas e Articulações para o ensino no curso Técnico de Informática Integrado ao ensino médio do Instituto Federal Catarinense

Registro do produto: Biblioteca do Instituto Federal Catarinense (IFC), campus Blumenau

Avaliação do produto: Realizada pelos participantes por meio de questionário disponibilizado por meio eletrônico e validado pelos componentes da Banca de Defesa da dissertação

Disponibilidade: Irrestrita preservando-se os direitos intelectuais e vedado o uso comercial do PE

Divulgação: Formato Digital

Instituição envolvida: Instituto Federal Catarinense – IFC

URL: acessível no repositório da EduCapes

Idioma: português

Cidade: Blumenau - SC

País: Brasil

Projeto Gráfico: Jucélia Correia de Santana (desenvolvido no software Wix)

Link para acesso: Aguardando

Resumo: O PE foi realizado em formato digital na plataforma de criação de sites da Wix, na modalidade de site, que funciona na prática como uma fonte de pesquisa e divulgação de informações. O site foi desenvolvido pela pesquisadora na intencionalidade de desenvolver uma fonte de pesquisa para socializar alguns dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado. Assim, divulgar e compartilhar a pesquisa no intuito de que possa ampliar o conhecimento e o acesso acerca dessa política e contribuir com estudantes, professores, profissionais das áreas afins e com

a própria comunidade em geral.

**ANEXOS**

## ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO NO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE.

**Pesquisador:** JUCELIA CORREIA DE SANTANA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 78409024.7.0000.8049

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE CAMPUS CAMBORIU

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 6.905.746

**Apresentação do Projeto:**

O atendimento educacional especializado surge enquanto recurso para o desenvolvimento de estratégias de inclusão, ou seja, uma política pública de educação na intencionalidade de proporcionar um norte à educação inclusiva. Por essa razão, vislumbra-se a necessidade de exploração do tema, na busca de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento de trabalhos que venham ao encontro dessa demanda. Sendo assim, este projeto objetiva conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal Catarinense do campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado- AEE as práticas pedagógicas dos professores do Ensino médio Integrado curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem de estudantes com deficiência e/ ou necessidades educacionais específicas. Essa pesquisa de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios dentro da metodologia do estudo de caso, será desenvolvida a partir de referenciais bibliográficos, documentais e entrevistas com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado e os professores da turma. A análise dos dados obtidos será feita por triangulação e farão parte de um guia educacional -enquanto produto educacional- que apresentará o resultado dessa pesquisa.

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE



Continuação do Parecer: 6.905.746

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:**

Conhecer no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Catarinense, Campus de Rio do Sul, as contribuições e articulações da equipe de Atendimento Educacional Especializado- AEE às práticas pedagógicas dos docentes do Ensino médio Integrado, curso Técnico em Informática para a Internet, que corroborem para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ ou necessidades educacionais específicas.

**Objetivo Secundário:**

Identificar quais profissionais fazem parte da equipe de Atendimento Educacional Especializado e quais fazem parte da equipe docente do curso Técnico em informática para a internet, no ensino médio integrado; Averiguar com os profissionais quais seus maiores desafios para o desenvolvimento do seu trabalho na perspectiva da educação inclusiva; Conhecer a inter-relação entre a equipe de atendimento especializado e os docentes do ensino médio curso Técnico integrado em Informática da Internet; Descrever de que maneira acontecem as contribuições e articulações entre a equipe do AEE e os docentes do ensino médio integrado curso Técnico em Informática para a Internet; Elaborar o produto educacional, por meio do material textual: um infográfico, baseado nos dados que serão levantados e do conhecimento adquirido.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:**

Aos profissionais da equipe de AEE e aos docentes do ensino médio Integrado curso Técnico em Informática para a internet que irão participar voluntariamente desta pesquisa, este estudo apresenta riscos mínimos, como os de qualquer atividade rotineira. Desse modo, os possíveis riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer aos participantes são: o constrangimento de ser entrevistado, invasão de privacidade, divulgação de dados pessoais, discriminação e estigmatização a partir dos dados revelados, e possível desconforto do tempo disponibilizado para a realização da entrevista. Para minimizar tais possíveis riscos serão desenvolvidas as seguintes estratégias: para evitar algum constrangimento as entrevistas serão realizadas em local reservado, sem a presença de outras pessoas do seu ambiente de trabalho e você poderá se negar a responder alguma das perguntas que lhe cause constrangimento.

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016

**Bairro:** CENTRO

**CEP:** 88.340-055

**UF:** SC

**Município:** CAMBORIU

**Telefone:** (47)2104-0882

**E-mail:** cepsh@ifc.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE**



Continuação do Parecer: 6.905.746

Para evitar vazamento de dados pessoais as entrevistas gravadas em áudio para posterior transcrição ficaram guardadas em um HD externo e/ou pendrive pelo período de 5 anos, após serão eliminadas, sempre garantindo o sigilo dos dados dos participantes e minimização de desconfortos. Com relação a divulgação os participantes serão identificados por um código evitando assim quaisquer constrangimentos. Respeitando-se completamente o seu anonimato, levando em conta que a gravação da entrevista presencial ou virtual, constante no Ofício Circular nº 002/2021/CONEP/SECNS/MS DE 24/02/2021- Orientações para procedimento em

pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Tão logo a pesquisa termine, os arquivos digitais serão apagados. Todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa (fotocópia dos questionários, gravador de voz, cartão de memória para gravador) não são de sua responsabilidade. Assim Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código. Caso você não queira mais fazer parte da pesquisa, você poderá desistir a qualquer momento, basta entrar em contato com a pesquisadora (por telefone ou e-mail).

Será garantido a equipe de AEE e os professores do ensino médio Integrado curso Técnico em Informática participante da pesquisa acesso a todos os resultados individuais e coletivos, diminuindo os desconfortos, e garantindo liberdade para não responder questões constrangedoras, garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras), assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e ou/ das comunidades, inclusive em termos de auto estima, de prestígio econômico ou financeiro, garantir que os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de danos previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação na pesquisa, seja indenizado pelos danos nos termos da lei. Salientamos que sua participação é voluntária e não remunerada, isto é, a qualquer momento você pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Se houver a possibilidade de divulgação de voz ou imagem dos entrevistados, somente ocorrerá mediante o consentimento dos mesmos. Caso não haja consentimento todo e qualquer material será mantido em sigilo, não sendo identificado em nem uma publicação.

Os benefícios relacionados à participação estarão às contribuições com a pesquisa e com a construção de conhecimento. Já com relação à pesquisa os benefícios serão tanto educacionais quanto sociais pela fundamental relevância do tema. Cada participante receberá um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o TCLE, que se encontra no apêndice III e IV.

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIU  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE**



Continuação do Parecer: 6.905.746

**Benefícios:**

Os benefícios relacionados à sua participação serão: aumentar o conhecimento científico para a área da Educação. Além de compartilhar com outros profissionais suas práticas e articulações no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência e/ ou necessidades educacionais específicas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

O projeto atende parcialmente aos aspectos teóricos e metodológicos exigidos em uma pesquisa desta natureza e também as resoluções que embasam o sistema CEP/CONEP (Resolução 510/16). Verificar as pendências e lista de inadequações.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto não apresenta todos os elementos exigidos pela Resolução 510/16. Verificar as pendências e lista de inadequações

**Recomendações:**

1. Para a prévia visão dos itens a serem observados, quando da elaboração do Parecer pelo Comitê de Ética consultar: Resolução CNS 510/2016 , Norma Operacional 001/2013 e Doc. Normativos CEP/CONEP, disponíveis na Plataforma Brasil ([plataformabrasil.saude.gov.br](http://plataformabrasil.saude.gov.br)) nas áreas. Resoluções e Normativas e Site do CEPESH-IFC.
2. Consultar também as Resoluções citadas para a elaboração dos Termos de consentimento. TCLE/TALE. Site do CEPESH . (<http://cepsh.ifc.edu.br/submissao/>).
3. A coleta de dados só poderá ter início após APROVAÇÃO pelo comitê de ética e emissão do PARECER FINAL.
4. Caso tenha dúvidas sobre o parecer, recomenda-se procurar o CEPESH localizado no Campus Camboriú, cujo horário de atendimento é de segunda a sexta das 13:30 as 16:30, ou entrar em contato pelo e-mail [cepsh@ifc.edu.br](mailto:cepsh@ifc.edu.br) ou telefone 47 2104-0882.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Pendência 1 (não solucionada): Nas Informações Básicas do Projeto e no Projeto Detalhado, salientar os critérios de inclusão e exclusão dos participantes, ou seja, o que faria um participante, mesmo fazendo parte do grupo de interesse, não ser selecionado para a pesquisa? Ao delimitar a população a ser estudada, deve-se salientar os critérios de inclusão (característica compartilhada por todos os participantes) e exclusão (característica ou circunstância que impeça a inclusão do participante no estudo, apesar de cumprir com os

<b>Endereço:</b> RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>CEP:</b> 88.340-055
<b>UF:</b> SC	<b>Município:</b> CAMBORIU
<b>Telefone:</b> (47)2104-0882	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:cepsh@ifc.edu.br">cepsh@ifc.edu.br</a>

**INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE**



Continuação do Parecer: 6.905.746

critérios de inclusão). No caso do seu trabalho, você incluiu nos critérios de exclusão pessoas que já não fariam parte do público participante. Na verdade, a exclusão se refere ao público participante, mas que, por motivos elencados na metodologia da pesquisa, não poderá participar.

Pendência 2: Solucionada.

Pendência 3: Pendência 3: Nas informações básicas do projeto, no item "Riscos", o texto está em segunda pessoa, no entanto, este tipo de texto direto aplica-se ao TCLE, que deve ser redigido em forma de convite. Desta maneira, o continuar a redação nas informações básicas do projeto em terceira pessoa, por exemplo, trocando palavras como "você" por "o participante".

Pendência 4: Solucionada.

Pendência 5: Solucionada.

Após atendidas as solicitações de pendência o parecer poderá ser aprovado na modalidade Ad Referendum.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2302118.pdf	22/05/2024 20:25:20		Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUENCIA_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	22/05/2024 20:20:12	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2302118.pdf	05/05/2024 22:32:38		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:31:49	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:31:49	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Postado

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIU  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL  
CATARINENSE**



Continuação do Parecer: 6.905.746

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:28:06	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:28:06	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Postado
Outros	CORRECOES_DE_PENDENCIAS_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:27:44	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Aceito
Outros	CORRECOES_DE_PENDENCIAS_JUCELIA_CORREIA_DE_SANTANA.pdf	05/05/2024 22:27:44	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Postado
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.pdf	05/05/2024 22:27:28	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO_CORRIGIDO.pdf	05/05/2024 22:27:28	JUCELIA CORREIA DE SANTANA	Postado

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CAMBORIÚ, 24 de Junho de 2024

\_\_\_\_\_  
**Assinado por:**  
**PAULO DE ALMEIDA CORREIA JUNIOR**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** RUA JOAQUIM GARCIA SN - CAIXA POSTAL 2016  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 88.340-055  
**UF:** SC **Município:** CAMBORIÚ  
**Telefone:** (47)2104-0882 **E-mail:** cepsh@ifc.edu.br



## ANEXO B – TERMO DE ANUÊNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
RIO DO SUL - GABINETE

TERMO DE ANUÊNCIA Nº 47/2024 - GAB/RIOSUL (11.01.05.01.01)

Nº do Protocolo: 23353.001696/2024-72

Rio Do Sul-SC, 20 de maio de 2024.

Eu, PAULA ANDREA GRAWIESKI CIVIERO, SIAPE nº 1.501.988, representante legal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Rio do Sul, localizado na Estrada do Redentor, 5665, Bairro Canta Galo, Rio do Sul-SC, venho, através deste documento, conceder a anuência para a realização da pesquisa intitulada “ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ARTICULAÇÕES PARA O ENSINO NO CURSO TÉCNICO DE INFORMÁTICA INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE”, sob a orientação da Profa. Dra. Raquel Cardoso de Faria e Custódio (orientanda: Jucelia Correia de Santana), do Instituto Federal Catarinense - campus Blumenau, a ser realizada no local: Instituto Federal Catarinense, campus Rio do Sul.

Declaro conhecer e cumprir as resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

Esta instituição está ciente de suas responsabilidades, como instituição proponente ou (co)participante do presente projeto de pesquisa e fornecerá todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue abaixo:

O cumprimento das determinações éticas da Resolução 510/16 CNS/MS;

A garantia do participante em solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa;

Liberdade do participante de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalidade ou prejuízos.

Antes de iniciar a coleta de dados o(a) pesquisador(a) deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

*(Assinado digitalmente em 20/05/2024 17:12)*

PAULA ANDREA GRAWIESKI CIVIERO

DIRETOR GERAL - TITULAR

DG/RSUL (11.01.05.01)

Matricula: ###019#8

Visualize o documento original em <https://sig.ifc.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: 47, ano: 2024, tipo: TERMO DE ANUÊNCIA, data de emissão: 20/05/2024 e o código de verificação: cd043699cb